

ATA N.º 11/2013

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2013:

No dia cinco de junho de dois mil e treze, pelas quinze horas e vinte minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reúne ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Maria da Natividade Charneca Coelho e José Carlos Matias de Sousa.

A **Sra. Presidente** dá conhecimento que o **Sr. Vereador Álvaro Manuel Balseiro Amaro** inicia a sua participação nos trabalhos mais tarde.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes: renovação do Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do Concelho;

PONTO 2 – Protocolo de Colaboração entre Município de Palmela e a AMARSUL no âmbito do Projeto “Compostar, outra forma de reciclar”;

PONTO 3 – Empreitada de “Beneficiação da estrada que liga o CM 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa”; Aprovação do projeto e lançamento de concurso público;

PONTO 4 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação PRAVI;

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Filarmónica Humanitária – Projeto de Requalificação da Sede, no âmbito da Candidatura QREN/Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela;

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo “Estrelas de Algeruz” para realização da prova “5.º *Ranking* Nacional em Clássicas e Latinas” de Dança Desportiva;

PONTO 7 – Prestação de serviços de higiene e limpeza urbana no Concelho de Palmela – Adjudicação;

PONTO 8 – Desafetação do domínio público e cedência de terreno ao Motoclube de Pinhal Novo, em regime de direito de superfície;

PONTO 9 – Cedência de terreno à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, em regime de direito de superfície;

PONTO 10 – Cedência de parcela de terreno à PRAVI – Projeto de Apoio a Vítimas Indefesas, em regime de direito de superfície.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

• ***Semana dedicada à Freguesia de Marateca*** – A **Sra. Presidente** refere que a reunião de dia dezanove ocorrerá às vinte e uma horas e deverá ter lugar no Espaço Cultural Multiusos em Águas de Moura. Acrescenta que essa será a última semana dedicada ao trabalho específico levado a cabo em cada uma das freguesias do concelho, cumprindo assim o objetivo de efetuar essas reuniões no primeiro semestre do ano.

• ***Projeto Candidatura da Arrábida a Património Mundial*** – A **Sra. Presidente** refere que nesse mesmo dia esteve presente na Assembleia da República juntamente com a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), a Câmara Municipal de Setúbal, a Câmara Municipal de Sesimbra, bem como representantes de várias organizações/instituições da região.

Menciona que a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República promoveu uma apresentação do projeto da candidatura da Arrábida a Património Mundial. Essa iniciativa foi de grande qualidade e todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República se encontram sintonizados e, em boa hora, tomaram uma posição, por unanimidade, de apoio ao desenvolvimento da candidatura e ao trabalho que vem sendo feito pela AMRS, em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), e as câmaras municipais.

Para além das intervenções que ocorreram, houve também uma manifestação generalizada de grande empenhamento, sendo declarado por todos os senhores deputados que esta era sem dúvida uma candidatura de Portugal e que teria todo o apoio da Assembleia da República, particularmente através dessa comissão. Foi reafirmado que, tanto no plano institucional como político, através da intervenção de cada grupo parlamentar, a candidatura seria uma prioridade para o país, pelo que o projeto sai enriquecido. Quanto a expectativas, espera-se que se possa passar a contar com um outro empenhamento no plano nacional para levar esta candidatura a bom porto e para que a Arrábida venha mesmo a ser considerada Património da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

• ***Festas Populares de Pinhal Novo*** - A **Sra. Presidente** recorda que hoje se iniciam as Festas Populares de Pinhal Novo e que terão lugar até ao próximo dia dez de junho com o tema "Tradição e Modernidade". As festas voltam a ocupar um espaço central na Vila de Pinhal Novo como uma grande mostra da cultura local, das tradições, da relação entre o movimento associativo e também de demonstração da própria vitalidade da economia local no Pinhal Novo. Considera que é uma festa que tem um grande envolvimento das associações locais, em que todas elas participam e organizam uma parte da festa, e é uma iniciativa que recebe muitos visitantes. Deixa o convite para que todos possam visitar, participar e degustar um produto especial que é a sopa caramela.

• ***Sardinhada das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's)*** - O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que, no passado dia vinte e três de maio, teve lugar uma sardinhada que possibilitou de novo o encontro dos idosos que frequentam as IPSS's no Concelho de Palmela. A sardinhada ocorreu no Parque Ecológico de Campismo e Caravanismo Vasco da Gama, em Pinhal Novo, tal como tem acontecido desde dois mil e nove. Quanto à data, informa que tem havido uma concertação entre todas as IPSS's, no sentido de apurar uma data, conforme as respetivas disponibilidades e tendo em consideração as condições meteorológicas.

Para este evento, inscreveram-se duzentos e setenta e três idosos provenientes de oito IPSS's. No entanto, o número de presenças foi superior, tendo estado presentes cerca de trezentas pessoas.

Esta é uma das atividades realizadas no âmbito da animação e está integrada no Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa. Salienta que são os próprios idosos que manifestam o desejo em participar. A CMP, por seu lado, agradece às IPSS's a sua disponibilidade e colaboração.

Logicamente que existiram questões logísticas, como por exemplo o transporte dos idosos, mas tudo correu muito bem e, na sua opinião, este é um evento que poderá consolidar-se com os anos.

• ***Concurso Nacional de Ideias "Prevenção e Controlo do Tabagismo"*** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** destaca que os alunos do 12º-E do Curso Científico Humanístico de Artes Visuais da Escola Secundária de Pinhal Novo, acompanhados pela Professora Maria Cristina Pereira, em contexto da disciplina de Oficina de Artes, ganharam o Terceiro Prémio no Concurso Nacional de Ideias no âmbito da Conferência Internacional sobre "Prevenção e Controlo do Tabagismo".

O concurso foi patrocinado pela Faculdade de Medicina de Lisboa e a Universidade do Minho, em colaboração com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a Direção-geral da Educação.

O projeto, um cinzeiro concebido pela turma, foi apresentado no dia trinta e um de maio do corrente ano, pelos seus autores, num evento de celebração do “Dia Mundial Sem Tabaco”, numa cerimónia realizada na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Na Biblioteca da escola encontra-se uma exposição relativa a este projeto, onde se poderá perceber como foi desenvolvido o protótipo pelos estudantes premiados.

• ***Resultados desportivos relevantes obtidos por equipas e atletas do concelho*** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que nos últimos tempos vários atletas e equipas do concelho obtiveram resultados desportivos relevantes, de âmbito regional e nacional, e que obrigatoriamente merecem ser publicamente divulgados e elogiados.

Clube Desportivo Pinhalnovense

A equipa de Juniores (Sub19) do Clube Desportivo Pinhalnovense, sagrou-se vencedora do Campeonato Distrital da Primeira Divisão, garantido, com a conquista deste título, o direito de participar na próxima época desportiva no Campeonato Nacional da 2ª Divisão.

Também a equipa de Iniciados (Sub15) do Clube Desportivo Pinhalnovense, sagrou-se vencedora do Campeonato Distrital da Segunda Divisão, garantindo, com a conquista deste título, o direito de participar na próxima época desportiva no Campeonato Distrital da Primeira Divisão.

Menciona que alguns destes atletas acabam por transitar depois para clubes maiores pelo que devia haver um pagamento ao Clube Desportivo Pinhalnovense pela formação e a respetiva promoção.

Associação Académica Pinhalnovense

Diversos atletas da Associação Académica Pinhalnovense, dos escalões de iniciados e juvenis participaram na competição Olímpico Jovem Regional, realizada no dia dezanove de maio, no Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal.

Esta competição selecionou os atletas dos escalões iniciados e juvenis que representaram nos dias um e dois de junho, a Seleção Distrital de Setúbal, no Olímpico Nacional que decorreu em Fátima, sendo que a Associação Académica Pinhalnovense teve cinco atletas integrados nessa seleção.

Entre os resultados alcançados pelos atletas da Associação Académica Pinhalnovense destacam-se os primeiros lugares alcançados pelos seguintes atletas:

- Victor Korst (Salto em Comprimento Juvenis Masculinos);
- Vitória Monteiro (Salto em Altura Iniciados Femininos);
- Ana Moreira (oitenta metros Iniciados Femininos);
- Ana Janeiro (Salto em Comprimento Iniciados Femininos);
- Florentim Ratã (cem metros Juvenis Masculinos).

A atleta Vitória Monteiro alcançou os mínimos para participar no Campeonato Nacional de Juvenis da especialidade de Salto em Altura, tendo já anteriormente alcançado os mínimos no Salto com Vara.

Realizou-se nos dias um e dois de junho, na Pista de Atletismo de Fátima, o Torneio Olímpico Jovem Nacional, evento desportivo em que os atletas da Associação Académica Pinhalnovense integraram a Seleção Distrital de Setúbal tendo alcançado os seguintes resultados:

- Victor Korst (Salto em Comprimento Juvenis Masculinos) foi Campeão Nacional com sete metros e quinze;
- Victor Korst e Florentim Ratã (Estafeta de quatro por cem metros Juvenis Masculinos) foram Vice-Campeões Nacionais com quarenta e três segundos e vinte e dois décimos;
- Ana Moreira (oitenta metros Iniciados Femininos) foi terceira classificada com dez segundos e quinze décimos;
- Ana Moreira e Ana Janeiro (Estafeta de quatro por oitenta metros Iniciados Femininos) foram terceiras classificadas;
- Florentim Ratã (nos cem metros Juvenis) foi quarto classificado com onze segundos e setenta e seis décimos;
- Vitória Monteiro (Salto em Altura Iniciados Femininos) foi quarta classificada com um metro e cinquenta e três.

Entretanto, realizaram-se nos dias vinte e cinco e vinte e seis de maio as provas de apuramento para o Campeonato Nacional de Clubes, que se realiza nos dias oito e nove de junho, no Estádio Universitário, em Lisboa.

Classificando-se em décimo terceiro lugar entre quarenta e seis clubes a Associação Académica Pinhalnovense, para além de ser a melhor equipa do Distrito de Setúbal, garantiu o apuramento para disputar a Final Nacional da Segunda Divisão no escalão masculino.

Escola de *Karate* do Clube Desportivo Pinhalnovense e da Associação de Bombeiros de Pinhal Novo

Os caratecas da Escola Desportiva de *Karate* do Clube Desportivo Pinhalnovense e da Associação Desportiva de *Karate* dos Bombeiros de Palmela participaram no XV Campeonato

Nacional de KPS (*Karate-Do Portugal Shotokan*), de *Karate-Do Shotokan*. Este evento realizou-se nos dias vinte e sete e vinte e oito de abril, no Monte da Caparica e contou com a participação de trezentos e trinta competidores em representação de trinta e quatro clubes.

Nesta competição os atletas disputam títulos em 4 especialidades, sendo que no conjunto das várias especialidades, os atletas do concelho conquistaram quinze títulos de Campeão, um segundo lugar e sete terceiros lugares.

No dia quatro de maio decorreu, em Sintra, o Campeonato Nacional da Federação Nacional de *Karate Portugal*, que contou com a presença dos caratecas das associações, tendo um deles alcançado o terceiro lugar na especialidade de *Kumite*, na categoria de Juvenis menos quarenta quilos.

Judocas da SFUA - Sociedade Filarmónica União Agrícola

Realizou-se nos dias vinte e cinco e vinte e seis de maio, em Espanha, a Taça da Europa de Espanha, prova para seleções nacionais do escalão de Júniores.

Nesta prova estiveram presentes duas judocas da SFUA, a Andreia Zeverino e a Carina Gouveia, em representação da Seleção Nacional, tendo-se classificado em segundo lugar com menos setenta quilos e em quinto lugar com menos sessenta e três quilos, respetivamente.

As duas judocas estão convocadas para representar Portugal na Taça do Mundo Sénior que se realiza nos dias oito e nove de junho, em Lisboa, e que contará com a presença dos melhores judocas mundiais.

Recorde de Salto à Vara

O atleta internacional do Sporting Clube de Portugal e morador no concelho de Palmela, Edi Maia, participou nas Provas de Observação da Federação Portuguesa de Atletismo que se realizaram no dia dois de junho no Estádio 1º de Maio, em Lisboa.

Durante esta competição o atleta estabeleceu um novo recorde de Portugal no Salto à Vara, com a marca de cinco metros e setenta. Esta marca vigorava desde mil novecentos e noventa e seis.

Para além desse feito, Edi Maia já conseguiu o mínimo para o Mundial de Moscovo, a realizar em agosto.

Nadador da Escola Secundária de Pinhal Novo

O nadador Nuno Martins, aluno da Escola Secundária de Pinhal Novo, venceu a prova de cem metros estilos, no Campeonato Nacional de Natação do Desporto Escolar, sagrando-se assim Campeão Nacional do Desporto Escolar.

O campeonato realizou-se entre os dias vinte e quatro e vinte e seis de maio, nas Caldas da Rainha, e contou com a presença de jovens oriundos de todas as zonas do país.

Para além deste título, o nadador alcançou ainda o segundo lugar nas disciplinas de cinquenta metros mariposa e cinquenta metros livres.

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentado o seguinte Voto de Congratulação:

Voto de Congratulação (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho):

"A Câmara Municipal de Palmela [CMP] saúda e felicita a ginasta da Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, Margarida Agostinho, residente em Pinhal Novo, que se sagrou Campeã Nacional de *Tumbling*, no escalão de iniciados femininos, no Campeonato Nacional Trampolim e Tumbling 2013, realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2013, no Pavilhão Municipal de Santarém.

Com esta conquista a atleta garante a participação na Taça de Portugal de Tumbling que se realiza, no dia 9 de junho, em Guimarães. Para além deste título individual a ginasta conquistou também o 3.º lugar por equipas.

Atualmente com 10 anos, a Margarida iniciou a prática da modalidade há três anos, sendo esta a segunda época em que participa nas competições organizadas pela Federação de Ginástica de Portugal.

Reunida em Palmela, a 5 de junho de 2013, a Câmara Municipal de Palmela aprova o voto de congratulação a Margarida Agostinho e expressa o seu desejo para que esta continue a sua evolução desportiva, dignificando e promovendo o concelho de Palmela."

Sobre o Voto de Congratulação intervêm:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** refere que o PS votará favoravelmente o Voto de Congratulação.

Menciona que acha muito interessante a forma como o Sr. Vereador Adilo Costa estruturou a apresentação dos prémios anteriormente mencionados. Contudo, considera que deve haver algum critério na forma como os assuntos devem ser trazidos à reunião de Câmara e, em particular, os Votos de Congratulação, pelos seguintes motivos:

- Em primeiro lugar, porque o atleta Nuno Martins, da Escola Secundária de Pinhal Novo, é atleta não da Palmela Desporto mas sim do Clube de Natação do Montijo.
- Em segundo lugar, este mesmo atleta, há um mês atrás, ganhou o Torneio Nacional em Montemor nos cem metros mariposa e nos cem metros crol ou livres, conforme foi publicado no Jornal do Pinhal Novo, e nunca foi apresentado nenhum Voto de Congratulação.

- Em terceiro lugar, porque a Margarida Agostinho também não frequenta nenhum clube do Concelho de Palmela, ao invés, participa pela Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, conforme foi referido.

Acrescenta que deve haver equidade no tratamento dispensado aos atletas e maior cuidado na informação que é facultada ao Sr. Vereador Adilo Costa para que posteriormente possa propor menções honrosas. Considera que todos os que trabalham para os clubes concelhios ou que residam no Concelho de Palmela devem ser dignificados, e que não se deve excluir nenhum atleta.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** agradece e informa que tenta, tanto quanto possível, apoiar todos os atletas e é somente natural que ajam algumas falhas. Contudo, reafirma que tem toda a honra em evocar os feitos dos atletas, pelo que apela à colaboração de todos, como tem acontecido até ao momento, pois várias vezes acontece ser alertado para o desempenho dos mesmos por outros colegas vereadores e até mesmo pela Comunicação Social.

Submetido o Voto de Congratulação a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e em minuta.

• **Projeto Periphèria** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que a Conferência de Encerramento transnacional do programa Periphèria decorreu nos passados dias vinte e nove e trinta de maio, em Roma, Itália e foi representada pelo próprio.

Este projeto teve como finalidade implementar uma plataforma internet inovadora para o fornecimento de serviços através da rede de cidades periféricas na europa, com vista à promoção e desenvolvimento do que é hoje convencionado chamar as “comunidades inteligentes”, e envolveu doze parceiros de cinco países europeus (Portugal, Suécia, Itália, Alemanha e Grécia), e neste âmbito foram desenvolvidos 6 projetos-piloto cujas metodologias e resultados serão disseminados através da rede de parceiros internacionais.

No que se refere ao projeto-piloto de Palmela, “*Smart City Hall*”, um dos seis desenvolvidos ao longo da iniciativa, foi apresentado nesta conferência internacional tendo sido destacado pelo seu carácter de inovação social, tecnológica e modernização autárquica. O projeto em Palmela teve como principal objetivo a promoção do acesso das populações mais isoladas geograficamente aos serviços públicos através da criação de um balcão móvel, o Veículo de Atendimento Municipal (VAM) - atual Loja Móvel do Cidadão - a primeira do país. O projeto contempla ainda o desenvolvimento de outros serviços, com recurso às tecnologias de informação e comunicação, onde se destacam novas formas de informação e comunicação de carácter turístico e os circuitos e horários da viatura através de QRcodes.

Aliando o serviço de reservas *online* ao itinerário da VAM, o Periphèria permitiu também alargar os polos de recolha e entrega de livros das bibliotecas do concelho em todo o território

concelho sem necessidade de deslocação aos polos físicos da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas. No seio das parcerias local e internacional, foi igualmente criado um espaço que permite o surgimento de novas ideias e a concretização de novos projetos em torno do conceito de “Município Inteligente”, envolvendo diferentes protagonistas.

Durante a Conferência foi apresentada uma proposta de Manifesto das “*Human Smart Citys*” – cidades que procuram utilizar as tecnologias de comunicação mais avançadas, a internet e as redes sociais, para permitir melhores condições de vida e de acesso aos serviços públicos para os seus cidadãos - com vista a disseminar estes projetos, no qual o projeto da câmara municipal se inclui, a nível mundial.

• ***Palmela – Experiências com Sabor! – Fins de Semana Gastronómicos da Sopa Caramela*** – O Sr. Vereador **Luís Miguel Calha** refere que estão em curso, até domingo, os Fins de Semana Gastronómicos da Sopa Caramela, uma das novidades que integra o calendário deste ano do projeto “Palmela - Experiências com Sabor!”. Esta é uma iniciativa, que à semelhança dos restantes fins de semana temáticos que a CMP tem vindo a desenvolver, conta com a organização conjunta da CMP e da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal e os restaurantes do concelho e decorre a par da XVII edição das Festas Populares de Pinhal Novo. A iniciativa tem o objetivo de promover este prato tão tradicional e valorizar a cultura caramela.

Dezassete são os restaurantes de vários pontos do concelho que aderiram a este desafio de apresentar a sua interpretação desta sopa, um número muito interessante uma vez que se trata da primeira iniciativa subordinada a este tema. Além dos Fins de Semana Gastronómicos, o programa integrou também um *Show Cooking* de Sopa Caramela no Mercado Municipal de Pinhal Novo que foi conduzido por um dos mais prestigiados *chefs* de cozinha nacionais, o *Chef* Hélder Martins.

No momento em que está em constituição a Confraria da Sopa Caramela, tem sido visível o entusiasmo demonstrado pelos restaurantes do concelho e pelos participantes no *Show Cooking*, traduzindo-se num bom prenúncio para este trabalho, que se pretende de continuidade, e que está tão intimamente ligado com a identidade local e com as origens rurais do território de Palmela.

• ***XII Concurso Internacional de Vinhos “La Selezione del Sindaco”*** – O Sr. Vereador **Luís Miguel Calha** salienta que Palmela voltou a ser uma vez mais o Município português mais premiado no XII Concurso Internacional de Vinhos “*La Selezione del Sindaco*”, que decorreu em Itália, em Castelfranco Veneto, entre os passados dias trinta de maio e dois de junho.

Este concurso é promovido anualmente pela Rede Europeia de Cidades do Vinho (RECEVIN) e a "*Associazione Nazionale delle Città del Vino*", com o apoio da Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) e de vários organismos e entidades nacionais e internacionais. Este certame é o único em que participam os municípios e os produtores de vinhos dos seus territórios e concorreram a esta edição mil cento e noventa e sete vinhos.

O Município de Palmela trouxe onze medalhas, num total de dezanove prémios para a Península de Setúbal, que se sagrou como a região mais premiada em Itália, seguida da região do Dão e da região de Lisboa. No que refere aos produtores de Palmela, a Casa Ermelinda Freitas foi a adega mais premiada, com cinco medalhas (duas de ouro e três de prata), seguida da Adega Cooperativa de Palmela, com três medalhas de prata. A Sivipa conquistou duas medalhas (uma de ouro e uma de prata), e a Venâncio da Costa Lima trouxe uma medalha de prata.

Portugal obteve o melhor resultado de sempre no certame, ao arrecadar cinquenta e quatro medalhas, contra as quarenta e três do ano anterior.

Felicita por isso todas as adegas premiadas pelo meritório trabalho que têm desenvolvido numa aposta permanente na inovação, no lançamento de novos produtos, num mercado cada vez mais competitivo. Estes resultados evidenciam que em Palmela se continuam a produzir alguns dos melhores vinhos do mundo.

• **Comemorações no âmbito do Dia do Concelho (um de junho) – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** alude à manhã bastante digna que houve relativamente à atribuição de medalhas no Cineteatro S. João aos trabalhadores do Município, organizações e individualidades de relevo.

Nesse mesmo dia à noite, no Cineteatro S. João realizou-se um espetáculo que, segundo sua opinião, deve ser motivo de orgulho para todos porque a principal estrela, para além da Banda da Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" (SFP), foi o maestro de assinalável renome europeu, para não dizer mundial, e que estava há mais de um ano apalavrado com Palmela.

O trabalho do Maestro Pedro Ferreira também foi motivo de distinção, sendo incompreensível que, tratando-se do Dia do Concelho, a CMP não se tenha associado de alguma maneira, para além da cedência do Cineteatro S. João - que faz parte da programação para as associações -, oferecendo à população pelo menos meia sala. Considera que foi um espetáculo fantástico e institucionalmente a CMP esteve representada, contudo, não compreende por que razão a CMP não teve este ato simbólico para com a população, tanto mais que a CMP não teve mais nenhuma organização para além da que ocorreu no período da manhã.

• **Mercado Quinzenal das Terças-feiras, em Palmela – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** alude à intervenção do Vereador Luís Miguel Calha, na reunião de seis de fevereiro de

dois mil e treze, a propósito do mercado quinzenal em Palmela. Na altura, foi dito que já havia uma localização para a realização desse mercado, mas que não poderia ser revelado naquela reunião porque carecia de uma discussão aprofundada com a Junta de Freguesia de Palmela e com os feirantes. Volvidos estes meses, questiona se já pode ser revelado o local e qual a evolução deste processo.

• ***Casas de banho públicas, em Aires, e zona envolvente*** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** informa que visitou o local, e que é impressionante o desprezo a que aquela zona está devotada. Desconhece a frequência da utilização daquelas casas de banho, mas sendo que por si só carecem de uma limpeza regular, mante-las abertas naquelas condições parece-lhe mais um perigo para a saúde pública. Considera que deve ser encontrada uma solução porque tal como está é um espetáculo degradante.

Quanto ao jardim de Aires, mais parece um matagal, sendo indispensável uma intervenção urgente porque o tempo está a aquecer e pode haver perigo de incêndio.

• ***Valetas e bermas, no Lau*** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere a situação preocupante do mau estado das valetas e das bermas.

• ***Recolha de lixo no concelho*** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** alega que provavelmente deve ter havido alguma avaria com algum dos carros, porque houve zonas do concelho em que durante cinco dias não houve recolha de lixo.

• ***Alterações a operar no Centro Histórico da Vila de Palmela*** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** informa que ainda não se encontra esclarecida sobre quais são as correções que vão ser feitas no âmbito das obras do Centro Histórico.

• ***Limpeza do lago, Pinhal Novo*** – O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** congratula-se por finalmente ter existido uma intervenção no lago do Largo José Maria dos Santos. Na sua opinião tardou e parece-lhe impossível ter havido as cerimónias do «Vinte e Cinco de Abril» sem que tivesse ocorrido essa limpeza. Na sua opinião, efetuar uma limpeza duas a três vezes por ano não deve onerar assim tanto a CMP. O que é facto é que o lago apenas é limpo uma vez por ano, antes das festas populares, e o Pinhal Novo é muito mais que as festas populares.

• **Jogos do Futuro** – O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** alude aos Jogos do Futuro, iniciativa para jovens realizado por grande parte dos municípios da Península de Setúbal com o apoio da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS).

Teve a oportunidade de acompanhar algumas partes dos Jogos do Futuro e gostava de tecer alguns comentários, que não devem ser interpretados como uma crítica mas uma tentativa de melhorar a organização dos mesmos no futuro.

Convívio de desporto adaptado - fazer um convívio à sexta-feira parece-lhe desapropriado porque ou se pretende inclusão ou não, e a menos que os praticantes desse tipo de desporto não trabalhem, torna-se complicado a sua participação no convívio numa sexta-feira.

Atletismo, organização da Câmara Municipal de Setúbal – faltavam dorsais para os atletas. Parece-lhe que existiu falta de comunicação por parte das Divisões de Desporto das diferentes autarquias envolvidas.

Futebol, organização da Câmara Municipal do Seixal/Academia do Benfica – colocar miúdos de doze e treze anos a jogar das dez às dezoito horas em campos sintéticos, com os balneários a alguns metros, com a alimentação a alguns quilómetros e sem condições para os pais assistirem. Parece-lhe que deve haver algum cuidado neste respeito. Considera que é preferível fazer-se menos e bem do que muito e mal.

Considera que os miúdos não devem pernoitar no complexo, mas que a restante estrutura tem que estar dimensionada ao número de jovens envolvidos.

Quanto à disciplina, a mesma deixou muito a desejar. Assistiu a alguns jogos e pareceu-lhe haver alguma permissividade em relação à indisciplina, sendo que é nestas idades que valores como a disciplina e o *fair-play* devem ser defendidos e promovidos.

Judo, organização da Câmara Municipal de Palmela - não tem nenhuma observação a fazer.

ENTRADA NA REUNIÃO DO SR. VEREADOR ÁLVARO MANUEL BALSEIRO AMARO:

Pelas dezasseis horas e cinco minutos, iniciou a participação nos trabalhos o Sr. Vereador Álvaro Manuel Balseiro Amaro.

• **I Festival Ibérico do Vinho** – O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** aproveita a menção ao Festival que decorreu em Setúbal, nos dias três a cinco de maio, para se pronunciar sobre a sua perspetiva em relação ao setor do vinho no Concelho de Palmela, pois parece-lhe que Palmela anda a ficar preterida nesta questão,

A verdade é que o I Festival Ibérico do Vinho ocorreu uma semana antes da 18ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó. Tal facto não será incongruente mas torna-se

complicado e inconsequente dois municípios vizinhos terem estas iniciativas. Para além disso, alguns dos promotores e produtores estiveram em ambas as iniciativas.

Outra situação que o preocupa é comparar os patrocinadores de ambos os eventos: enquanto em Palmela os patrocinadores foram a CMP, dois bancos e uma casa de vinhos, em Setúbal foram o Instituto da Vinha e do Vinho, a Associação de Municípios Portugueses do Vinho, a Rota de Vinhos da Península de Setúbal, a Região de Lisboa e Vale do Tejo, entre outros. O que é facto é que fazer uma promoção com este cartaz é totalmente diferente, pelo que é urgente existir um outro tipo de intervenção.

Por exemplo, ao comparar-se o programa da Vidigueira «Capital do Vinho 2013» com o programa de Fernando Pó, facilmente se constata que as diferenças são substanciais, a favor do primeiro.

Palmela tem a estrutura montada, mas não está a conseguir ganhar a estes municípios; não consegue atrair patrocínios e entidades relevantes. A verdade é que existem iniciativas em Palmela que já acontecem há muitos anos e que passou inclusivamente pela «Capital Europeia do Vinho 2012» e, por isso, mereceriam mais atenção de todas as entidades. Logicamente que estas iniciativas precisam de suporte, e compreende que a Câmara Municipal de Setúbal não esteja sozinha, pois certamente terá promotores a efetuar esse trabalho. Palmela, por sua vez, está a perder o seu espaço, na qualidade, na intervenção, na capacidade que os produtores do concelho tiveram em afirmar-se, nacional e internacionalmente.

Face às questões apresentadas no *Período Antes da Ordem do Dia* pelos Srs. Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa, foram dadas as seguintes explicações:

– ***Comemorações no âmbito do Dia do Concelho (um de junho)*** – (*questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** salienta que a iniciativa não foi da responsabilidade da CMP. A sala foi cedida porque não havia programação da CMP para essa noite e nem sequer havia condições para organizar qualquer espécie de evento.

A cedência da sala aconteceu como normalmente acontece, sendo que a SFP disponibilizava bilhetes para o espetáculo mediante o pagamento de três euros. Considera que esta questão merece uma reflexão e que para o Dia do Concelho o ideal seria ter-se iniciativas promovidas pelo movimento associativo que tão rico é no Concelho de Palmela. Contudo, este será um assunto que irá merecer uma revisão.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que tem conhecimento que o concerto fazia parte da programação da SFP mas que a única observação que pretendeu deixar prende-se com o facto de ter ocorrido no dia um de junho, Dia do Concelho de Palmela, e que nesse sentido o concerto deveria ter sido oferecido à população em geral.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** considera que incluir uma iniciativa de uma das coletividades mais importantes da terra no Dia do Concelho é uma forma de valorizar o trabalho que é feito pelas coletividades e uma forma de valorizar o próprio dia. Entende que a iniciativa era parte da própria programação, e que iniciativa valorizou tanto a coletividade como as comemorações do Dia do Município.

- **Jogos do Futuro** - (*questão colocada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa*) - O **Sr. Vereador Adilo Costa** realça que a Comissão Técnica e a Comissão Organizadora vão fazer um balanço dos Jogos do Futuro e refletir sobre as questões suscitadas, mas que de modo algum reduzem o empenho evidenciado.

Infelizmente houve um município que por razões financeiras não pode participar, o que desde logo lamenta, tanto mais que os municípios pouco gastaram diretamente porque houve uma grande capacidade de encontrar apoios financeiros nas empresas. Só assim foi possível avançar com um projeto que envolveu mais de três mil jovens atletas, em dezoito modalidades desportivas.

Os Jogos do Futuro são uma oportunidade única de convívio aliado à prática desportiva, ao *fair-play*, e é evidente que no que ao futebol diz respeito, ainda poderá haver problemas, embora considere que já foi pior, mas certamente se irá aperfeiçoar o que não esteve assim tão bem.

Aproveita a ocasião para destacar o grande empenho coletivo e a capacidade demonstrada pelos técnicos de desporto das diversas autarquias, pois a eles se deve, em grande parte, o sucesso da iniciativa.

Quanto ao Município de Palmela refere que recebeu no Pavilhão Municipal do Pinhal Novo o judo, com a participação de cinquenta a sessenta atletas de cinco concelhos, e que Palmela participou em onze competições e em oito modalidades desportivas.

- **Solução para o mercado quinzenal das terças-feiras (em Palmela)** - (*questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*) - O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a instalação do mercado na vila nunca será uma tarefa fácil em virtude dos condicionalismos legais que colocam várias exigências ao nível da segurança. Para além disso, essas exigências legais foram reforçadas com um novo diploma legal, que entrou em vigor no corrente ano, o que faz com que seja necessário ter uma abordagem muito precisa e pragmática para se conseguir ultrapassar a questão.

A primeira localização que inicialmente estava pensada teve de ser abandonada, mas a CMP está a diligenciar com várias entidades - a Junta de Freguesia de Palmela, a Proteção Civil, os bombeiros - no sentido de ser encontrado um espaço alternativo apropriado para a realização

deste mercado. Mas no presente momento vê com dificuldade que seja possível instalá-lo no centro da vila tendo em conta as fortes restrições legais.

Aproveita a ocasião para se disponibilizar a reunir com a Sra. Vereadora Natividade Coelho para explicar detalhadamente todo o processo e as razões da sua morosidade.

– **Alterações a operar no Centro Histórico da Vila de Palmela** – (*questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*) – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** explica que foram duas as empresas que intervieram nas ruas do centro histórico: uma apenas nas ruas e a outra nos largos.

Quanto às ruas, a empresa já se encontra no terreno a fazer as correções (colocação de betume mais forte, acertos em calçadas, levantamento e recolocação de calçadas para ficarem mais unidas, correções de sumidouros). Foram ainda executadas por administração direta algumas entradas em garagens de munícipes.

Nos largos vai iniciar-se um procedimento no sentido de adjudicar algumas alterações ao projeto, tais como: rebaixamento de passadeiras, suavizar bicos nos passeios, que embora cumprindo a legislação em vigor, tem-se tornado um problema para alguns condutores menos atentos. Foi ainda elaborado um projeto autónomo que está adjudicado, para incluir uma escada em frente ao Mercado, no sentido de melhorar o declive, e que não fazia parte do projeto das ruas.

Quanto ao edifício que vai servir de sede à Associação dos Escoteiros de Portugal - Grupo 40 Palmela, as obras estão praticamente concluídas, faltando só acertar com os escoteiros a forma de ocupação e de inauguração do espaço.

– **Casas de banho públicas, em Aires, e zona envolvente e valetas e bermas, no Lau** – (*questões colocadas pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*) – A **Sra. Presidente** esclarece que os serviços seguem um plano de trabalho: primeiro os verdes, em que se inserem os espaços mais urbanos, tal como o prado de sequeiro da zona de Aires, e depois a desmatização/limpeza dos matos ao longo das estradas.

De acordo com informação do Sr. Eng. João Faim, Diretor de Departamento de Ambiente e Infraestruturas, a intervenção na zona de Aires está prevista para a próxima semana.

Acrescenta que a CMP tem uma empresa no terreno a fazer este trabalho, mas é evidente que a meteorologia não ajudou, pois os matos cresceram imenso em virtude das chuvas tardias e não se consegue cortar tudo na proporção em que cresce.

Em relação à desmatização/limpeza dos matos ao longo das estradas, informou que já foram realizados trabalhos nas Freguesias de Poceirão e Marateca e, nesta fase, os serviços estão a

dar prioridade às áreas do Parque Natural da Arrábida, em virtude da responsabilidade que a CMP tem em matéria de risco de incêndio, mas que depois se retomará o plano de trabalho, o que envolverá a intervenção no Lau.

Quanto às casas de banho públicas, a Sra. Presidente da Câmara acrescentou que ocorreram atos de vandalismo, já participados à GNR, e que destruíram parcialmente aquele equipamento pelo que efetuar limpeza no estado em que se encontra não é viável, e a solução passará provavelmente pelo seu encerramento.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** acrescenta que os atos de vandalismo são uma constante. Por exemplo, a semana passada a instalação elétrica dos sanitários do Largo José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, foi toda arrancada, e aqueles sanitários possuem apoio de vigilância, partilhado com a Junta de Freguesia, e encontram-se encerrados durante a noite. Os serviços procederam à reparação em tempo recorde, porque os mesmos têm muita procura por parte dos munícipes.

Quanto aos sanitários de Aires, assim que proceder ao estudo do processo com mais detalhe, e após análise com os serviços, será tomada uma decisão: a reparação para não se deixar degradar o equipamento, ou o fecho imediato.

Quanto à desmatização/limpeza dos matos informa que já foram desmatados cerca de sessenta quilómetros de bermas em todo o concelho, entre os quais:

- Vários arruamentos municipais em Fernando Pó, contudo os acessos a Fernando Pó são da responsabilidade da Junta de Freguesia de Marateca e da Junta de Freguesia de Poceirão.
- A Estrada Municipal (EM) 533-1 (direção Lau/Pinhal Novo) e a EM 533-1 no Penteado.
- A Carregueira, a Estrada da Salgueirinha (Rua Lagoa da Palha) e a Palhota.
- Metade do Caminho Municipal (CM) 1029 até ao alto da escola, faltando fazer o resto em direção à Quinta do Anjo.

Informa que falta efetuar uma parte nas Areias Gordas e no Lau e que era pretendido fazer-se a EM 533 (direção Lau/Palmela).

Acrescenta que a CMP tem o compromisso no âmbito do Plano Municipal/Intermunicipal de Prevenção e Defesa da Floresta Contra Incêndios de prestar apoio na desmatização e na reabertura de caminhos na zona da Serra dos Gaiteiros e na Serra de São Luís e esses trabalhos são capazes de demorar cerca de seis a sete dias úteis. Só depois é que se retomará os trabalhos nas principais estradas municipais. Refere que teve oportunidade de ver o plano e pareceu-lhe estar bem elaborado só que de vez em quando há emergências e no âmbito da Proteção Civil esta questão ganhou outra prioridade.

Quanto à questão do prado de sequeiro, os cortes deverão ganhar alguma normalidade à medida que a empresa começar a chegar a todos os espaços.

– **Recolha de lixo no concelho** – (*questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*)
– A **Sra. Presidente** desconhece se ocorreu alguma paragem inesperada, mas que talvez fosse bom localizar qual a zona que esteve cinco dias sem recolha, pois não é suposto acontecer.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** refere que ainda na quinta-feira passada ocorreu uma reunião com o Chefe da Divisão de Serviços Urbanos, onde foi conferido o plano mensal e tudo se encontrava a decorrer dentro da normalidade. Contudo, quando ocorrerem incidentes, é bom que as juntas de freguesia ou os municípios apresentem reclamação junto do Atendimento, pois só assim é possível aferir o que se passa.

Esclarece que em certas zonas rurais e em bairros periféricos, em virtude da pouca quantidade de resíduos depositados são efetuadas apenas duas recolhas por semana e não havendo nenhum incidente com viaturas tudo decorre dentro da normalidade.

Face aos comentários feitos pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa acerca dos eventos no âmbito da promoção do vinho - I Festival Ibérico do Vinho – intervêm:

A **Sra. Presidente** destaca que Sr. Vereador José Carlos de Sousa incorre num erro de análise profundíssimo, mas aguarda pelos comentários do Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que não poderia estar mais em desacordo com o que foi dito. Na sua opinião, Palmela não está a perder espaço, bem pelo contrário. Palmela é cada vez mais uma referência enquanto símbolo de desenvolvimento vitivinícola a nível nacional e europeu. Ao longo dos anos tem havido uma estratégia correta e que tem produzido resultados, facto que pode ser constatado por Palmela ter sido a Primeira Capital Nacional do Vinho e, no ano passado, ter sido a Primeira Cidade Europeia do Vinho.

Tal facto resulta de um trabalho profundo e exaustivo envolvendo muitos parceiros, desde as adegas da região, aos parceiros ligados aos setores do vinho e do turismo. Existe uma estratégia clara que visa o desenvolvimento do setor, com novos objetivos e metas, e que tem produzido mais resultados além das duas distinções anteriormente mencionadas. Atente-se que Palmela é hoje o concelho da Península de Setúbal que mais tem crescido ao nível de diversos indicadores de desenvolvimento turístico, fruto do trabalho que tem sido feito em parceria com os produtores no sentido da afirmação e desenvolvimento do Enoturismo e do turismo.

Relativamente aos patrocinadores refere que o ano passado, por ocasião da Cidade Europeia do Vinho, Palmela contou com um conjunto alargado de patrocinadores. Várias foram as entidades

que apoiaram a iniciativa, e não só financeiramente. Por exemplo, os CTT - Correios de Portugal editaram um selo distribuído a nível nacional alusivo à iniciativa e a CP - Comboios de Portugal divulgou-a nos comboios por todo o país.

Acrescenta que não gostaria de fazer comparações com o que outros concelhos têm feito nesta matéria, mas a CMP tem feito um esforço de articulação com todos os municípios à volta no sentido de afirmar cada vez mais o desenvolvimento do setor e prova disso é o facto de a Câmara Municipal de Setúbal e a Câmara Municipal do Montijo ter apoiado a candidatura de Palmela à Cidade Europeia do Vinho.

Quanto às iniciativas de promoção dos vinhos, é normal que ocorram em vários concelhos e que tenham mais ou menos apoios. Tal facto resulta da dinâmica dos próprios promotores das iniciativas, mas a CMP tem feito um trabalho de proximidade permitindo que diversas iniciativas ocorridas no concelho tenham apoios. Por exemplo, em resultado de contactos levados a cabo pela CMP, as Festas Populares do Pinhal Novo contarão, pela primeira vez este ano, com o apoio da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo.

Concluiu por reafirmar que, por um lado, o setor está bem, e que gostaria que outros setores tivessem o desenvolvimento e a dinâmica que este tem. Por outro lado, a CMP tem dado um forte apoio ao setor porque considera-o estratégico para o desenvolvimento da economia concelhia. Bom seria que a Administração Central apoiasse da mesma forma o esforço dos produtores de Palmela.

A **Sra. Presidente** acrescenta que quando se pronunciou sobre erro de análise por parte do Sr. Vereador José Carlos de Sousa é no sentido de que muitas vezes é uma opção das próprias associações inscreverem ou não o nome de certas instituições em função do verdadeiro patrocínio que é dado, pois há quem considere "patrocínio" ao apoio institucional e há quem considere "patrocínio" ao apoio financeiro.

No que respeita à iniciativa Palmela Cidade Europeia do Vinho, essa era uma iniciativa da responsabilidade da CMP, pelo que aquando da sua promoção entendemos por bem utilizar o papel institucional de várias instituições e referir como apoios alguns mesmo que simbólicos. Mas é verdade que noutras iniciativas as mesmas instituições não contribuem financeiramente, são opções e decisões que tomam.

Reafirmou que Palmela fez um apelo aos produtores e à região, no sentido de que saibamos crescer todos, mais e melhor e, sobretudo, em conjunto. Um festival internacional será tanto mais internacional quanto mais todos se unirem e mobilizarem terceiros.

Pelo leque de prémios referidos pelo Sr. Vereador Luís Calha, só se pode concluir que Palmela está muito confortável, sendo que o Município tem contribuído para a promoção, valorização e afirmação deste setor económico. Contudo, é evidente que para fazer-se mais e melhor é necessário reunir mais recursos e haver união de esforços das organizações, quer a nível do

Poder Local, quer das participações do Estado, das Comissões Vitivinícolas Regionais (CVR's) e das entidades com funções na área da promoção internacional do turismo. Só assim será possível a realização de festivais internacionais propriamente ditos.

Contudo, considera que a CMP não é merecedora de qualquer reparo. É verdade que a CMP teve que reduzir a sua participação financeira nas várias iniciativas, mas fê-lo tal como o fez em todas as outras áreas, mas o que é facto é que as iniciativas continuam a acontecer e os vinhos continuam a ganhar prémios. Reafirma que a CMP fez e continuará a fazer o seu trabalho mas na medida dos seus recursos.

• **Candidaturas ao programa Energia Inteligente Europa e Plano da Eficiência do Consumo** – O Sr. Vereador **Álvaro Amaro** informa que foram apresentadas candidaturas, através da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA). As candidaturas contaram com a participação dos técnicos da CMP, que trabalharam afincadamente. A ENA apresentou trinta e quatro candidaturas a dois programas - umas em que será a entidade gestora, outras, em que será parceira de outras agências. A serem aprovadas, estas candidaturas irão beneficiar o Município de Palmela.

Apostamos, concretamente, na continuação do projeto VAGB II. Recorda que a CMP já tinha iniciado a instalação de baterias de condensadores e variadores de velocidade nas estações de captação de água, e pretende-se com esta candidatura a aplicação de medidas de racionalização e eficiência energética a outros equipamentos, nomeadamente, piscinas, escolas, edifícios de serviços e até instalações industriais - porque através desta candidatura há empresas do concelho que podem vir a beneficiar destes programas.

O mesmo em relação ao ECOLUX, que consiste na substituição massiva de luminárias equipadas com lâmpadas T8 (balastro ferromagnético) por outras mais eficientes, as T5, em edifícios públicos.

Outra candidatura está relacionada com a biomassa. Trata-se de promover a recolha de biomassa vegetal junto de pequenos produtores florestais e agricultores, de modo a poder ser valorizada e transformada em produtos energéticos.

Salienta que há uma grande expectativa e um grande entusiasmo no sentido de que Palmela possa vir a beneficiar destes programas.

• **Comemorações no âmbito da Semana da Energia e do Ambiente** – O Sr. Vereador **Álvaro Amaro** destaca que no dia vinte e seis de maio iniciou-se um conjunto de atividades integradas nas comemorações da Semana da Energia e do Ambiente e que decorrem até ao dia sete de junho.

Quanto a atividades informa as seguintes:

- Uma caminhada, com mais de oitenta participantes, que já ocorreu.
- Um "Dia Aberto" em empresas com práticas de sustentabilidade interessantes, a fábrica da Coca-Cola e o Ecoparque da AMARSUL, onde puderam participar alguns séniores do Concelho de Palmela.
- Uma atividade na área da formação e sensibilização com o público escolar, que decorreu com alunos de Cabanas, Bairro Alentejano e Batudes, na semana passada.
- Promoção interna de uma Campanha de Utilização Racional de Recursos, sendo que na sexta-feira passada ocorreu uma interessante sessão de trabalho (com discussão/atelier) sobre o plano de ação da CMP para a energia sustentável, na sequência da adesão ao pacto dos autarcas. O plano, que já foi objeto de discussão interna, está na fase de discussão com agentes económicos e outros. Até ao final do ano, pretende-se que seja aprovado nos órgãos municipais, porque já se iniciou a fase de monitorização, para que seja integrado na estratégia «20-20-20» da redução do ozono.
- A partir de amanhã estará disponível na internet o Primeiro Roteiro Virtual do Concelho, que será disponibilizado no sítio da CMP (Palmela Conquista), tratando-se de guias digitais para telemóvel com informação sobre património natural.
- No dia sete de manhã ocorrerá uma jornada de trabalho pelo ambiente, em que os trabalhadores da CMP serão convidados a participarem numa ação de limpeza na Serra dos Gaiteiros, Estrada da Cobra e Estrada dos Barris. Depois haverá uma merenda no Parque Venâncio Ribeiro da Costa.

Pelo **Sr. Vereador Álvaro Amaro** foi apresentada a seguinte moção:

Moção (Pela manutenção na esfera pública dos Serviços Públicos de Resíduos):

"Na Assembleia Geral da Amarsul de 18 de março de 2013, os representantes dos 9 Municípios da Península de Setúbal – Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, enquanto acionistas da Amarsul, recusaram as políticas e as medidas preconizadas pelo Governo que visam a alienação das participações públicas do Estado na Amarsul e abrem a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas.

A tomada de posição conjunta dos Municípios considera que:

"Os serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão

controlada e assegurada pelas Autarquias Locais e pelos seus Órgãos democraticamente eleitos;

Para as Autarquias da Península de Setúbal, estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia;

Em 1997, os Municípios da Península de Setúbal, por deliberação dos seus Órgãos Autárquicos, Câmaras e Assembleias, consentiam que uma parte da gestão e exploração daqueles seus serviços, a valorização e o tratamento de resíduos sólidos urbanos, fosse assegurada através da criação do atual Sistema Multimunicipal e da sua sociedade gestora, a Amarsul;

Os Municípios só consentiram em partilhar aquelas responsabilidades e aderir ao Sistema, constituindo-se, com a EGF, em titulares das ações da Amarsul, em condições que foram e são necessárias e determinantes e das quais não abdicam, nomeadamente:

- A sociedade constitui-se com capitais exclusivamente públicos, com manutenção da natureza pública dos bens que gere;*
- Os Municípios exercem todos os seus direitos legais, de entre os quais o seu direito de voto na gestão da sociedade, com peso correspondente ao capital que subscreveram;*
- Os Municípios intervirem na gestão da sociedade, designando membros para os seus Órgãos Sociais conforme estipulado no acordo de acionistas celebrado entre os Municípios e a EGF;*
- O cumprimento das demais cláusulas aplicáveis, constantes no acordo de acionistas.*

Os subscritores do documento, os Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, acionistas da Amarsul, legítimos representantes das populações, afirmam a defesa intransigente da autonomia do Poder Local Democrático condição determinante para a defesa, a valorização e a manutenção na esfera pública, dos Serviços Públicos de Resíduos,

- Exigem o respeito pelas deliberações dos respetivos Órgãos Autárquicos, com a manutenção das condições que os levaram a aderir ao atual sistema multimunicipal e a participarem no capital social da Amarsul;*
- Recusam as políticas e as medidas apontadas pelo Governo,*
 - Visando a alienação das participações públicas do Estado na Amarsul com a venda da EGF a privados;*

- *Abrindo a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas;*
- *Subvertendo as condições que levaram os Municípios a aceitar integrarem o atual Sistema Multimunicipal e a participarem no capital social da Amarsul;*
- *E transformando o serviço público de resíduos num negócio lucrativo, com graves prejuízos para as populações, para a Região e para o País.”*

Pelo exposto nos considerandos do documento acima transcrito, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública no dia 5 de junho de 2013, delibera, saudar e solidarizar-se com a tomada de posição conjunta dos 9 municípios da Península de Setúbal contra as medidas deste governo para este setor em defesa dos serviços públicos e das populações da Região de Setúbal.”

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, SR. VEREADOR DO PELOURO, SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Finanças / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A CMP toma conhecimento, através de uma relação elaborada pelos respetivos serviços e distribuída a todos os seus membros, cujo teor se anexa à presente ata como documento n.º 1 (um), dos processos despachados por:

- Sra. Vice-Presidente, Adília Maria Prates Candeias, no período de 07.05.2013 a 04.06.2013;
- Sr. Vereador do Pelouro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, no período de 07.05.2013 a 04.06.2013;
- Sr. Diretor do Departamento de Administração e Finanças, Dr. José Monteiro, no período de 07.05.2013 a 04.06.2013;
- Sra. Chefe de Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período de 17.04.2013 a 07.05.2013.

ASSUNTOS DESPACHOS PELO SR. VEREADOR DO PELOURO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística:

A CMP toma conhecimento, através de uma relação elaborada pelos respetivos serviços e distribuída a todos os seus membros, dos processos despachados pelo Sr. Vereador Álvaro

Manuel Balseiro Amaro, no período de 06.05.2013 a 31.05.2013, e cujo teor se anexa à presente ata como documento n.º 2 (dois).

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

A **Sra. Presidente** dá conhecimento à CMP que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 16.05.2013 a 04.06.2013, no valor de 3.117.946,87 € (três milhões, cento e dezassete mil, novecentos e quarenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos).

A lista dos pagamentos autorizados fica anexa à presente ata como documento n.º 3 (três).

TESOURARIA:

Balancete:

A **Sra. Presidente** informa que o balancete do dia 04.06.2013, apresenta um saldo de 5.500.379,69 € (cinco milhões, quinhentos mil, trezentos e setenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.439.144,26 € (quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e quatro euros e vinte seis cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.061.235,43 € (um milhão, sessenta e um mil, duzentos e trinta e cinco euros e quarenta e três cêntimos).

ORDEM DO DIA

I – APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e bem assim do que se dispõe o n.º 2 e n.º 4, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação do Decreto-Lei 6/96, de 31 de janeiro (C.P.A. – Código do Procedimento Administrativo), a CMP delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pela Sra. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- **ATA n.º 02/2013, da reunião ordinária de vinte e três de janeiro de dois mil e treze – Aprovada por unanimidade;**
- **ATA n.º 03/2013, da reunião ordinária de seis de fevereiro de dois mil e treze – Aprovada por unanimidade;**

- **ATA n.º 04/2013, da reunião ordinária de vinte de fevereiro de dois mil e treze – Aprovada por unanimidade;**
- **ATA n.º 05/2013, da reunião ordinária de seis de março de dois mil e treze – Aprovada por unanimidade.**

Por solicitação da **Sra. Presidente**, a aprovação da Ata n.º 06/2013, da reunião ordinária de vinte de março de dois mil e treze, fica adiada para a próxima reunião de Câmara.

II – GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL

Pela **Sra. Presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes: renovação do Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do Concelho.

PROPOSTA N.º GPC 01_11-13:

«A criação dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) proporcionou um inegável reforço da capacidade de intervenção das corporações de bombeiros do nosso concelho, tendo contribuído decisivamente para a melhoria das condições de segurança das populações. Nesse sentido, e apesar das dificuldades financeiras que o Município tem vindo a enfrentar nos últimos anos, as quais obrigaram à redução drástica dos apoios a entidades associativas do concelho, considera-se imperioso manter esta parceria entre a Câmara Municipal e as Associações de Bombeiros do Concelho (iniciada no ano de 1999), por constituir um dos principais pilares do sistema local de proteção e socorro.

Contudo, face ao agravamento da situação financeira da autarquia, conjugada com os constrangimentos impostos pela Lei dos Compromissos e das restrições contidas na Lei do Orçamento de Estado, não era possível manter o montante das transferências efetuadas nos últimos anos para as Associações de Bombeiros ao abrigo do referido protocolo.

Assim, foi acordado com as Associações de Bombeiros uma redução no apoio destinado ao financiamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, acordo assente nos seguintes pressupostos:

- O Protocolo de Colaboração dos GBP passar a ter carácter plurianual, garantindo desse modo maior estabilidade na gestão financeira das Associações de Bombeiros e permitindo a transferência das participações devidas logo no início do ano;
- Diminuir de 7 (sete) para 6 (seis) homens o número mínimo de elementos que as Associações estão obrigadas a afetar aos Grupos de Bombeiros Permanentes, sendo a redução do apoio financeiro estimada em função desta diminuição;

- Manter na íntegra o apoio financeiro aos seguros das viaturas de emergência.
- Ser uma medida transitória, assumindo a autarquia o compromisso de rever esta posição no próximo ano, repondo ou mesmo reforçando as transferências para as três associações, para este ou outros fins;

Para além das alterações já enunciadas, são introduzidas adaptações ao Protocolo, tendo por objetivo acomodar a existência e financiamento da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) atribuída à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Palmela (AHBVP) pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), cujo financiamento é assegurado em 50% pela autarquia, e que se encontra a funcionar deste janeiro último.

Face ao exposto, **propõe-se:**

1. Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro, aprovar a renovação dos Protocolos de Colaboração de apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, celebrados com as Associações de Bombeiros do Concelho, cuja minuta se junta em anexo:

Associação	N.º (mínimo) Elementos	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	6	96.744,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	6	96.744,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	6	96.744,00
TOTAIS	18	290.232,00

2. Que, ao abrigo da mesma norma legal, se aprove os montantes das comparticipações destinadas a custear as despesas assumidas pelas Associações com os seguros das viaturas de emergência, os quais sofreram pequenos ajustamentos, decorrentes da aquisição e/ou abate de viaturas ocorridos no ano transato.

Associação	N.º Viaturas	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	27	7.305,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	23	5.398,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	20	4.612,00
TOTAIS	71	17.315,00.»

Sobre a proposta de Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes numerada GPC 01_11-13 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que esta proposta peca por tardia porque já se está no mês de junho, quando é costume ter os apoios aprovados por volta de fevereiro/março,

e porque a proposta só chegou ao conhecimento da Vereação do PS ontem às dezassete horas e vinte e nove minutos.

Apesar da presente proposta ser decorrente de negociações tidas com as diversas associações de bombeiros, considera que sobre este assunto houve diversas informações contraditórias, nomeadamente:

- Quando foi discutido o Orçamento, os Vereadores do PS colocaram a questão de que a verba destinada em Orçamento era insuficiente para manter os apoios, mas a Sra. Presidente afirmou em reunião de Câmara que havia uma descida de sete para cinco elementos por corporação. Verifica-se agora que são seis.
- Na primeira Revisão Orçamental foi feita uma incorporação de cerca de 2.200 € (dois mil e duzentos euros) mas na altura o Dr. Paulo Pacheco não explicou que se tratava de um acerto relativamente aos seguros das viaturas, em consequência de um erro de cálculo.

Na sua opinião, o discurso feito junto dos bombeiros e em diversos eventos públicos foi o de que não seria feito nenhum corte nas verbas a eles destinadas, quando na verdade vieram a ocorrer, pois constata-se uma diferença de 48.000 € (quarenta e oito mil euros). Mas mesmo assim o que está na revisão não chega para o que é mencionado na presente proposta, pois o montante é de 307.200 € (trezentos e sete mil e duzentos euros), sendo que na Revisão esse valor é ultrapassado.

Para além disso, quando o protocolo plurianual foi apresentado pela Sra. Presidente, foi dito que este incluiria ou acomodaria o funcionamento da EIP, tanto que os valores constantes da proposta são referentes ao apoio para este ano.

A Sra. Vereadora Natividade Coelho solicita vários esclarecimentos relacionados com o financiamento da EIP, nomeadamente:

- Onde se encontra plasmado na proposta o montante a ser suportado pela autarquia;
- Qual é o montante correspondente aos cinquenta por cento;
- A nível do Orçamento, onde se encontra essa verba.

Conclui por afirmar que é do interesse de todos que este apoio chegue às corporações de bombeiros, pelo que o PS votará favoravelmente.

A **Sra. Presidente** esclarece que em resultado dos condicionalismos económicos houve associações e setores que deixaram de receber apoio da CMP, enquanto outros projetos viram reduzidos os apoios em trinta por cento.

Em relação aos bombeiros o que sempre foi dito é que se iria procurar manter dentro do possível os compromissos assumidos, nomeadamente o pagamento do seguro das viaturas e a contribuição para os GBP - iniciativa pioneira e voluntária da CMP.

Acrescenta que várias foram as reuniões para discussão e análise do acerto na comparticipação aos bombeiros, sendo perfeitamente natural ter-se falado inicialmente em menos duas pessoas e em menos dez por cento na comparticipação. No entanto, o importante é o acordo alcançado e dentro das disponibilidades financeiras da CMP. O facto da CMP poder apoiar seis homens em permanência em cada uma das associações de bombeiros do concelho, não deixa de ser uma excelente solução tendo em conta a atual conjuntura.

Em relação à questão das EIP, na prática foi um acordo da AHBVP com a ANPC. A CMP esteve de acordo por considerar importante a questão, apesar de que as EIP implicam o pagamento de cinquenta por cento por parte da autarquia, conforme consta da proposta.

As EIP surgem num pressuposto de que não existem GBP. As EIP são a resposta da ANPC à solução que a CMP já encontrou há muitos anos, e não era minimamente aceitável que a autarquia tivesse de suportar os custos com os seis bombeiros pertencentes ao GBP e adicionalmente suportar mais cinquenta por cento em virtude da imposição da lei em resultado do recurso de uma associação à figura das EIP comparticipadas pela ANPC.

O que foi decidido é que a CMP mantém a comparticipação nos GBP, sendo equacionada a comparticipação na EIP. Contudo, assegura que Palmela não fica prejudicada porque continua a ter os recursos em virtude da comparticipação da autarquia.

A Sra. Presidente dá a palavra ao Chefe de Gabinete para que adicione os esclarecimentos necessários:

O anexo um é referente aos protocolos que a autarquia estabeleceu com cada associação, sendo diferenciados consoante a associação. Para a AHBVP existe claramente uma distinção. Por exemplo, a fim de acomodar a EIP foi efetuada a alteração do protocolo (veja-se a título de exemplo a cláusula primeira).

O que se constata é que a EIP passa a ser parte integrante do GBP no período correspondente ao turno da EIP, sendo devidamente comparticipada pela CMP. Para além disso, existe a forte possibilidade de vir a existir uma EIP para o Pinhal Novo, sendo que o procedimento a ser adotado será semelhante.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III – DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E INFRAESTRUTURAS

III.I. - GABINETE DO AMBIENTE:

Pelo **Sr. Vereador Álvaro Amaro** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Protocolo de Colaboração entre Município de Palmela e a AMARSUL no âmbito do Projeto “Compostar, outra forma de reciclar”.

PROPOSTA N.º DAI_GA 01_11-13:

«A AMARSUL, entidade responsável pela gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos da Margem Sul do Tejo, propôs aos municípios integrantes a adesão à iniciativa “Compostar, outra forma de reciclar”, que tem como objetivo a prevenção da produção de resíduos domésticos e, em simultâneo, a produção de fertilizante natural.

“Compostar, outra forma de reciclar” é um programa de incentivo à compostagem doméstica que consiste na oferta de um compostor e de ações de formação, bem como o acompanhamento a todos os que queiram contribuir para prevenir a produção de resíduos domésticos, originando um fertilizante natural.

A maioria dos resíduos domésticos é biodegradável – restos de comida, resíduos de jardim ou de horta. Em vez de serem enviados para o aterro sanitário, estes podem ser reciclados, produzindo um excelente fertilizante natural – o composto – através de um processo de transformação biológica a que se dá o nome de compostagem.

São destinatários deste programa os agregados familiares que residam no concelho de Palmela e possuam habitações com quintal, horta ou jardim; assim como instituições ou escolas com as condições propícias para a prática de compostagem.

Assim, face ao exposto e nos termos da alínea a) e b) do nº 4 do art.º 64.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela aprove o Protocolo para Promoção da Compostagem Doméstica no Município de Palmela, documento que se anexa, a celebrar com a AMARSUL.»

Sobre a proposta de *Protocolo de Colaboração entre Município de Palmela e a AMARSUL* numerada *DAI_GA 01_11-13* intervêm:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** alude ao despacho do Sr. Vereador Álvaro Amaro, datado de quinze de fevereiro de dois mil e treze, onde se lê: *“questione se o protocolo tem que ser aprovado, ratificado em reunião de Câmara. Caso afirmativo deverá ir à reunião de vinte e dois de maio, data em que falaremos da Semana da Energia e do Ambiente.* O presente protocolo pressupunha um primeiro relatório a enviar à AMARSUL até ao final do mês de maio de dois mil e treze. Sendo que foi possível alterar a última cláusula, conforme informação

técnica do Eng. João Faim, onde se refere que *"o presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de um ano"*, por que é que não se alterou a referência ao primeiro relatório, uma vez que o assunto só é presente a uma reunião de Câmara de junho. Na sua opinião isso faz toda a diferença, pois o assunto agora apresentado para discussão e aprovação já foi falado na reunião de seis de março de dois mil e treze, sendo que é um processo que remonta a vinte e nove de outubro de dois mil e doze, data da apresentação do projeto pela AMARSUL.

Eventualmente não haverá problema, mas quando se lê o constante da cláusula segunda até ao seu ponto número quatro, a questão muda de figura. Ou se retira essa referência ou então o relatório mencionado já foi elaborado e entregue à AMARSUL, o que a ser verdade não se está perante um protocolo que já deveria ter sido assinado e agora estava-se a aprovar a sua ratificação. Para todos os efeitos está-se a contrariar o que está escrito, sendo que não são pormenores, são questões que têm que ver com um despacho do Sr. Vereador Álvaro Amaro, datado de fevereiro do corrente ano que vem dar azo a tudo isto.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** explica que de acordo com o que está no seu despacho, o assunto era para ter ido à reunião de Câmara de vinte e dois, que acabou por não ocorrer.

Acrescenta que o relatório já foi elaborado e remetido, de acordo com a previsão constante na Informação Técnica, que previa que acontecesse em junho de dois mil e treze. É verdade que o projeto foi apresentado em outubro mas só teve desenvolvimentos em março/abril e nessa altura foi devidamente divulgado e as ações de formação decorreram conforme o previsto.

Foi decidido trazer este assunto a reunião de Câmara porque a maioria CDU preza a Democracia e a transparência, pois a Sra. Presidente poderia ter despachado o assunto na sequência da Informação Técnica já referenciada.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que então as ações de formação não decorreram em fevereiro conforme as Informações Técnicas que tem em seu poder.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** esclarece que decorreram mais tarde, uma vez que se trataram de várias ações de formação, sendo que outras ainda ocorrerão.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** acrescenta que sendo assim o que tem em seu poder não corresponde à realidade, lamentando o que considera pouco transparente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO PS:

"Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, por não existir qualquer coerência nos prazos apresentados no protocolo e não se vislumbrar razões para o adiamento da assinatura do mesmo."

III.II. - DIVISÃO DE REDE VIÁRIA:

Pelo **Sr. Vereador Álvaro Amaro** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Empreitada de "Beneficiação da estrada que liga o CM 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa"; Aprovação do projeto e lançamento de concurso público.

PROPOSTA N.º DAI_DRV 01_11-13:

«Na prossecução da política de infraestruturação do concelho que o Município de Palmela tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, pretende-se agora intervir na designada "Estrada das Curvas", via estratégica de ligação do aglomerado Urbano de Quinta do Anjo ao Parque Industrial da Autoeuropa e à Estação Ferroviária da Penalva/Quinta do Anjo.

A sinuosa via de ligação do C.M. 1029 à Circular Norte à Autoeuropa, cujo traçado em planta serpenteia o limite das parcelas de terrenos particulares existentes ao longo do seu desenvolvimento (com curvas apertadas, visibilidade reduzida, uma largura de via irregular variando entre 4,00m e 4,50m, e claramente insuficiente para o elevado volume e tipo de tráfego que circula nesta via), induz um grau de insegurança rodoviário nos condutores.

Estas características associadas à quase inexistência de bermas ou valetas de drenagem pluvial, ao estado deficiente do piso, resultado da inadequabilidade da estrutura de pavimento face ao volume de tráfego circulante, impelem a necessidade da intervenção que aqui se propõe.

Assim, com o presente projeto, estas deficiências serão suprimidas, passando a existir uma via cuja estrutura de pavimento será adequada ao tipo de via (eixo principal com 2.215m de extensão, de ligação entre duas vias principais, o C.M. 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa), revestida de betuminoso, com uma faixa de rodagem de 6,00m, ladeada por bermas (1,00m de largura total) ou valetas de plataforma, perfis transversais dimensionados regulamentarmente para dois sentidos de trânsito, implementação de sinalização horizontal e vertical.

Para o efeito, e de forma a possibilitar a implantação dos novos perfis transversais, bem como correção do traçado da via, houve a necessidade de se obter novas áreas de terreno inseridas em propriedades privadas, entretanto objeto de negociação por parte dos representantes da Câmara Municipal. Não tendo sido possível acertar a negociação apenas com um dos proprietários.

Assim, nos termos da alínea q) do nº1 do art.º 64º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/02, de 11 de junho, da alínea b) do nº1 do art.º 16º e da alínea b) do art.º 19º do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo D.L. n.º 278/2009, de 2 de outubro, **propõe-se:**

1. A aprovação do Projeto de Execução, do Anúncio, do Caderno de Encargos, do Programa de Concurso, do Plano de Segurança e Saúde e da Memória Descritiva e Justificativa referente à obra de "Beneficiação da estrada que liga o CM 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa;
2. A aprovação da abertura de concurso público para a adjudicação da empreitada de "Beneficiação da estrada que liga o CM 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa";
3. Que o preço base do concurso seja 645.900,00€ (seiscentos e quarenta e cinco mil e novecentos euros) montante este acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tem cabimento no código do plano 3.3.1.01.038 e na rubrica orçamental 0602/07010401;
4. A aprovação das peças do procedimento, que fazem parte integrante do processo de concurso.

Para que o procedimento possa decorrer em plataforma eletrónica, **propõe-se** ainda:

5. Que o código CPV principal (vocabulário comum para os contratos públicos) seja 45233220-7 correspondente a obras de pavimentação estradas;
6. Que o júri do procedimento seja constituído por:
 - João Carlos Alves Faim – Diretor do DAI como presidente do júri
 - Cristina Rodrigues, Chefe da Divisão de Rede Viária, chefe da DRV, vogal efetiva e substituta do presidente do júri
 - Antero Casaca, técnico superior da DRV, vogal efetivo

Sendo suplentes os seguintes elementos:

- Maria Elisabete Pereira, técnico superior da DRV
 - Jorge Emanuel Figueira de Sousa, técnico superior da DPCQI
 - Irina Victorovna Svetlitchnaia Pereira, assistente técnica do DRV
7. Que o enquadramento jurídico seja efetuado pela Divisão Jurídica
 8. Que os gestores do procedimento sejam:
 - Antero Casaca, técnico superior da DRV,
 - Maria Elisabete Pereira, técnico superior da DRV
 - Irina Victorovna Svetlitchnaia Pereira, assistente técnica da DRV
 9. Que a entidade competente para prestar esclarecimentos seja o júri do procedimento;
 10. Que os representantes da entidade competente para a decisão de contratar sejam:
 - Cristina Rodrigues, chefe de Divisão DRV
 - Antero Casaca, técnico superior da DRV
 - Maria Elisabete Pereira, técnica superior da DRV.»

Sobre a proposta de *Empreitada de "Beneficiação da estrada que liga o CM 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa"* numerada DAI_DRV 01_11-13 intervêm:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** considera a proposta muito relevante, mas que tem dois ou três parágrafos que, na sua opinião, são "autênticas pérolas". Lê-se: *"A sinuosa via de ligação do C.M. 1029 à Circular Norte à Autoeuropa, cujo traçado em planta serpenteia o limite das parcelas de terrenos particulares existentes ao longo do seu desenvolvimento (com curvas apertadas..."*. Relembra que a estrada foi construída antes do ano dois mil pela CMP e na altura, e desde sempre, tem sido motivo de amplos debates.

A estrada tem de largura entre quatro a quatro metros e meio, sendo claramente insuficiente para o elevado volume e tipo de tráfego que circula nessa via. Tal facto já é discutido há vários anos, sendo que é uma obra que vai ser realizada três anos depois da aprovação do empréstimo bancário que está datado de dezasseis de junho de dois mil e dez.

Compreende que o processo de expropriação tenha sido difícil mas a verdade é que a obra foi pensada para dois mil e dez, mas como se protelou os trabalhos preparatórios, só volvidos três anos é que as obras terão início, praticamente a expirar o prazo para utilização do empréstimo bancário, o que na sua opinião é demasiado tempo para uma estrada relevante para o Município.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** refere que ao Sr. Vereador José Carlos de Sousa falta o conhecimento de alguns aspetos, sendo que a abordagem feita desvaloriza o conjunto de procedimentos necessários para se chegar até à fase da expropriação.

Quando aquele acesso foi pavimentado tratava-se de um aceiro com um perfil reduzido que dava acesso às propriedades agrícolas da zona. Com a entrada em funcionamento da Autoeuropa cedo se percebeu que era uma excelente escapatória para um sem número de trabalhadores que se deslocavam por aquela via.

Como é sabido, para que a expropriação se concretizasse era necessário um projeto, e mesmo antes, um estudo prévio para se saber a quantidade de terreno indispensável para a realização da estrada. Para além disso, o projeto sofreu várias alterações em resultado das dificuldades de negociação. A estrada podia ser construída ainda mais a direito, mas a CMP teve que aceder a algumas sensibilidades dos proprietários. Todo o processo foi moroso e os serviços dedicaram também muito tempo à preparação das obras a serem realizadas no Centro Histórico da Vila de Palmela, para além de um conjunto de outras pavimentações que desde o início do mandato têm ocorrido. Logicamente que todos esses processos tiveram os seus próprios tempos de concretização.

Afirma que sente um grande prazer em estar a ter esta discussão, pois está consciente da importância da obra porque vai possibilitar outros saltos qualitativos. Espera-se que os Transportes Sul do Tejo, S.A. (TST) depois não fujam à responsabilidade de fazer um circuito

de ligação à Estação Ferroviária da Penalva, porque essa tem sido a desculpa para a não existência de uma ligação rodoviária àquela estação de comboios.

Considera que a obra vai muito a tempo de melhorar a acessibilidade a uma zona que vai ter cada vez maior pressão por via da infraestruturação da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) das Marquesas I e III, e como espera que a Autoeuropa continue a laborar, certamente que aquela estrada será uma mais-valia para muitos dos seus trabalhadores e fornecedores.

A **Sra. Presidente** acrescenta que a Autoeuropa quando foi instalada foi pensada na sua relação com as grandes vias, nomeadamente com o acesso à autoestrada. Na altura, foram construídas duas circulares, mas não foi acautelada qualquer relação com o território onde se inseria, em concreto a ligação das pessoas ao Pinhal Novo e à Quinta do Anjo.

Diferentemente aconteceu com o *Palmela Village*. Na altura a CMP colocou várias imposições na medida em que o próprio empreendimento pressupunha crescimento urbano, sendo natural que contribuísse para o melhoramento das vias.

Logicamente que o mesmo deveria ter sido acautelado na ocasião em que foi planeado a instalação de uma grande unidade industrial e a criação de um grande parque industrial. Mas a única coisa que o Estado Português garantiu e com financiamentos especiais foi o acesso à autoestrada. Tem sido a CMP que ao longo de anos tem vindo aos poucos a executar novos arruamentos que surgiram por força daquele investimento.

Na sua opinião nada deve ser aludido para desvalorizar a importância da obra, e essa é a questão que deve ser sublinhada, sendo que a mesma vai ser concretizada com um grande esforço e com noção de risco pois teve-se que priorizar obras em detrimento de outras, sendo que esta é de importância estratégica.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III.III. - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS:

Pelo **Sr. Vereador Álvaro Amaro** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação PRAVI.

PROPOSTA N.º DAI_DSU 01_11-13:

«O abandono de animais constitui uma realidade flagrante da nossa sociedade. Com o agravamento das atuais condições socioeconómicas adversas no nosso país, que também se faz sentir no nosso concelho, o número de animais abandonados tem vindo a aumentar.

Este aumento do abandono tem vindo a criar dificuldades acrescidas às autarquias na capacidade de resposta a todas as situações com que diariamente se deparam.

Assim, torna-se importante desenvolver parcerias com entidades que possam ajudar a melhorar essa resposta, principalmente do ponto de vista do bem-estar animal e também da segurança

rodoviária e higiene e saúde pública. Neste contexto, surge esta proposta de Protocolo entre o Município de Palmela e a Associação PRAVI – Projeto de Apoio a Vítimas Indefesas, e que resulta da vontade de ambas as partes em melhorar as condições de vida da população e o bem-estar animal no concelho.

A PRAVI é uma associação nacional, sem fins lucrativos, sediada no Distrito de Setúbal (nomeadamente, no concelho de Sesimbra) que desenvolve e apoia iniciativas que melhoram as condições de vida das pessoas e dos animais, promovendo a interação entre ambos. Tem vários centros de acolhimento em todo o país e desenvolve também terapias assistidas por animais com idosos, crianças e jovens em risco.

É de assinalar que, na prossecução dos seus fins, a PRAVI conta apenas com os seus associados e com o seu trabalho voluntário, recolhendo animais das vias públicas, mal tratados e abandonados, contribuindo ativamente, de forma gratuita, para minimizar o sofrimento dos animais.

De forma muito resumida, o presente Protocolo estabelece que o Município cede durante 25 anos o direito de superfície de um terreno para que a PRAVI possa desenvolver as suas atividades. Por sua vez, a associação compromete-se a construir um Centro de Interação entre pessoas e animais que, por um lado, acolhe animais abandonados e, por outro, desenvolve terapias com animais para crianças e idosos, dando preferência à organização e concretização de programas com associações e munícipes de Palmela.

Assim, face ao exposto, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4, do art.º 64, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela aprove o Protocolo de Cooperação em anexo, a celebrar com a Associação PRAVI.»

Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação PRAVI numerada DAI_DSU 01_11-13 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** saúda a existência deste protocolo porque do ponto de vista do PS resolve muitos problemas e é uma questão de justiça para com os animais.

Contudo, na sua opinião dever-se-ia encontrar outras soluções em colaboração com entidades e pessoas individuais que operam no território concelhio, sendo que seria igualmente interessante ocorrer a necessária articulação com a Direção Regional de Agricultura e as forças de segurança que por vezes operam com animais abandonados.

Conclui por questionar sobre a capacidade do canil/gatil municipal e sobre o número de trabalhadores afetos a esse serviço.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** destaca que trata-se de um terreno no Poceirão com doze mil metros, sendo que a articulação com particulares e com outras entidades está prevista no objeto do protocolo.

Considera que o protocolo vem facilitar essa articulação porque muitas vezes as pessoas dirigem-se à CMP a título individual ou como grupos informais sendo difícil formalizar responsabilidades e apoios. Lembra que numa reunião de Câmara já foi feita uma discussão e foi elaborado o protocolo que só não foi concretizado porque entretanto o grupo se desintegrou.

Acrescenta que existem soluções sobre a questão da esterilização, quer com a PRAVI, quer com uma empresa do nosso concelho que tem também serviços médico-veterinários e que se disponibilizou. Em relação aos grupos informais, refere que na Quinta do Anjo há um grupo muito dinâmico que participou na "Cãominhada" no início de maio e que continua a dar uma atenção especial ao bem-estar animal, mas ter uma instituição com a experiência, vocação, e know how como a PRAVI, vai permitir operacionalizar.

Quanto à articulação com outras entidades, obviamente a Direção-geral de Veterinária está sempre em articulação com a CMP pois é representada pelo partido veterinário através do Dr. Vaz Pereira.

Quanto à capacidade do canil/gatil municipal esclarece que está equipado com nove boxes no interior e doze no exterior. As boxes têm todas as condições de conforto e possuem telheiro. É evidente que no inverno os animais não ficam no exterior, e a sua capacidade em alguns meses encontra-se esgotada.

O ano passado foi especial porque constatou-se que o número de adoções foi superior ao número de animais eutanasiados e que estes se reduziram quase exclusivamente a animais perigosos, muito doentes e sinistrados.

Quanto a pessoal afeto ao serviço, a CMP possui um trabalhador, sendo que ao fim de semana existe mais um que cuida da alimentação dos animais.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

IV – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

IV.I. – DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL:

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Filarmónica Humanitária – Projeto de Requalificação da Sede, no âmbito da candidatura QREN/Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela.

PROPOSTA N.º DCD_DAC 01_11-13:

«A Sociedade Filarmónica Humanitária é um dos parceiros da candidatura da Câmara Municipal de Palmela ao QREN, no âmbito da Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela, nomeadamente através do projeto de requalificação das instalações da sua sede.

O projeto incidiu sobre a modernização das infraestruturas da zona de palco e área envolvente, fundamental para responder, com qualidade, às crescentes expetativas dos seus utentes. Assim, realizaram-se obras de recuperação e reabilitação do palco, substituição de vigas de suporte do chão do palco, substituição do piso, zonas envolventes, nomeadamente camarins, oficina, wc´s e acessos, bem como o melhoramento das condições acústicas, de luminosidade e segurança e a insonorização da sala de espetáculos.

A modernização das infraestruturas é essencial para o serviço prestado à comunidade, particularmente nas áreas da formação musical e coral, nas quais esta coletividade tem papel de relevo.

O projeto de Requalificação da Sede da Humanitária encontra-se inserido no Programa de Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela, sendo cofinanciado pelo FEDER, através do QREN, pela Câmara Municipal de Palmela e pela Sociedade Filarmónica Humanitária.

No âmbito desta ação, a Câmara Municipal de Palmela apresentou-se na qualidade de parceiro, contribuindo para a componente de comparticipação nacional inerente a estas candidaturas. Inicialmente, a comparticipação nacional estabelecida pelo Programa era de 50% sendo que as implicações de financiamento municipal eram na ordem dos 25% correspondendo a um total de € 17.500,00 sendo os restantes 25% suportados pela Sociedade Filarmónica Humanitária.

Tendo sido revistos os critérios de financiamento do Programa QREN, a comparticipação nacional passou a corresponder a 35% do valor total. Assim, a comparticipação municipal passou a ser de 17,5%, a que corresponde um valor de € 12.250,00.

Considerando que a Câmara Municipal de Palmela atribuiu em 24/08/2011 uma primeira *tranche*, no valor de € 5.000,00, restam atribuir € 7.250,00, para que se concretize a comparticipação municipal a este projeto.

Assim **propõe-se**, de acordo com a alínea b) do nº 4, do art.º 64, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, a atribuição de um apoio financeiro à Sociedade Filarmónica Humanitária no valor de € 7.250,00 (sete mil, duzentos e cinquenta euros), como comparticipação final da Câmara Municipal ao Projeto de Requalificação do Espaço Sede da Sociedade, objeto de candidatura ao QREN no âmbito da Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela.»

Sobre a proposta de *Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Filarmónica Humanitária (SFH)* numerada *DCD_DAC 01_11-13* intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que um conjunto de ações e de projetos previstos no âmbito da recuperação e dinamização do centro histórico de Palmela não foram

realizáveis pela ineficácia de algumas parcerias e pelas dificuldades que entretanto surgiram. Acrescenta que houve também alteração na comparticipação do QREN dos cinquenta por cento a nível nacional para os sessenta e cinco por cento, contribuindo para fazer descer as obrigações para ambas as parcerias.

Pelo exposto, propunha que a CMP mantivesse a sua comparticipação no valor dos dezassete mil e quinhentos euros, fundamentando a sua proposta com o seguinte:

- Com o histórico da área de intervenção;
- Com o histórico enquanto Câmara Municipal em que já aconteceu haver reforço de comparticipações por parte do Município, descriminando positivamente alguns projetos e iniciativas;
- Tendo em conta que o movimento associativo apresenta um conjunto de problemas e dificuldades;
- Sendo que no presente momento já se sabe que a obra não terá o custo de setenta mil euros.

Não obstante a CMP acesse problemas financeiros, não deixava de ser um sinal muito importante, tanto mais que era o que estava previsto no programa. Para além disso, as mais-valias que este tipo de intervenção trará, por si só, justificava a manutenção da comparticipação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** salienta que um projeto como este do QREN aconteceu a nível nacional e que infelizmente houve muitas desistências. Para salvar o máximo de projetos, a comparticipação nacional passou dos cinquenta para sessenta e cinco por cento. Tal facto revela as dificuldades de todos e a CMP não é exceção e não encobriu as dificuldades financeiras que atravessa ao movimento associativo, no sentido de que possam compreender que a Autarquia faz um enorme esforço para cumprir com o que se comprometera. Para além disso, é um sinal claro para que o movimento associativo procure outras pistas e outras soluções para solucionar os seus problemas.

Quanto ao apoio à SFH houve a montante muitos outros problemas que a CMP teve que resolver e que não foram, e não podem ser, contabilizados porque muitas destas questões são técnicas e é o esforço técnico da CMP ao serviço das associações. Em termos financeiros a Autarquia não tem essa disponibilidade, pois todo o dinheiro é contado, e apesar de ser uma mais-valia não só para a SFH mas para o movimento associativo do concelho e para a Vila de Palmela, as verbas não podem ser alteradas. Contudo, reafirma que a CMP encontra-se disponível para encontrar outras soluções.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** esclarece que não estava a criticar. Apenas pretendia convencer a que se mantivesse a comparticipação inicialmente prevista.

A **Sra. Presidente** alude à postura simpática da Sra. Vereadora Natividade Coelho, mas acrescenta que as opções que são feitas relativamente ao apoio ao movimento associativo têm muito pouco de opção e muito mais de disponibilidade de contexto e, neste momento tal não é possível dada a evolução da situação financeira não só da CMP como do país.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** relembra que a Vereação do PS tem votado sempre a favor dos apoios e compreende, mas considera ser uma situação específica e com antecedentes devidamente enquadrados.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO PS:

"Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, por considerarem que a verba da responsabilidade da Câmara se deveria manter, dados os antecedentes com outros projetos, em que até houve reforço e a não concretização de projetos que constam do plano. Seria um sinal positivo naquele que é um plano estruturante para a vila.

Mais, trata-se de um apoio previsto e, portanto, consagrado em orçamento."

IV.II. – DIVISÃO DE DESPORTO:

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo "Estrelas de Algeruz" para realização da prova "5.º Ranking Nacional em Clássicas e Latinas" de Dança Desportiva.

PROPOSTA N.º DCD_DD 01_11-13:

«O Grupo Desportivo "Estrelas de Algeruz" vai organizar, no próximo dia 7 de setembro, no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo, a competição denominada "5.º Ranking Nacional em Clássicas e Latinas", prova de Dança Desportiva destinada a jovens e adultos.

Esta prova é considerada a expressão máxima deste desporto no nosso País, e é um evento importante para a promoção e desenvolvimento da Dança Desportiva e do Concelho de Palmela, tendo os dançarinos do Grupo Desportivo "Estrelas de Algeruz" um brilhante palmarés nas variadas competições nacionais e internacionais.

A Câmara Municipal tem um protocolo de cooperação com o Grupo, através do qual garante o pagamento do Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo e comparticipa a organização de uma prova de âmbito nacional.

Neste sentido, e em conformidade com a alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e ao abrigo do protocolo de cooperação estabelecido entre a Câmara Municipal de Palmela e o Grupo

Desportivo “Estrelas de Algeruz”, **propõe-se** a atribuição de € 500,00 (quinhentos euros), ao Grupo Desportivo “Estrelas de Algeruz”, como comparticipação à realização da referida prova.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

V – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

V.I. – DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO:

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Prestação de serviços de higiene e limpeza urbana no Concelho de Palmela – Adjudicação.

PROPOSTA N.º DAF_DFA 01_11-13:

«Em reunião de Câmara de 06/03/2013 foi aprovada a abertura do concurso público para “Prestação de serviços de higiene e limpeza urbana no Concelho de Palmela” e respetivos programa e caderno de encargos (proposta n.º DAF_DFA 01_05-13).

O procedimento tem como finalidade a prestação de serviços de higiene e limpeza urbana, que complementam nesta área a atividade desenvolvida diretamente pelos serviços próprios da autarquia.

O objeto do concurso público divide-se em três lotes, sendo que o Lote 1 está repartido em quatro sub-lotes:

- Lote 1 – Remoção de resíduos sólidos urbanos (RSU), remoção de monos, lavagem e manutenção de contentores para RSU, no Concelho de Palmela:
 - Sub-Lote 1 A – Serviço de lavagem e desinfecção de contentores de 800 litros, incluindo a remoção prévia de RSU e limpeza do local de instalação dos contentores,
 - Sub-Lote 1 B – Remoção de RSU e manutenção de contentores de 800 litros na Freguesia de Palmela,
 - Sub-Lote 1 C – Remoção de monos, verdes e afins no Concelho de Palmela,
 - Sub-Lote 1 D – Remoção de RSU nas unidades económicas do concelho;
- Lote 2 – Serviço de colocação e remoção de caixas de 6 e de 20 m³;
- Lote 3 – Varredura mecânica.

Cumprida que está a tramitação preceituada no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, nos termos do artigo 148.º, **propõe-se** que seja aprovado o relatório final subscrito pelo júri do procedimento, documento que se anexa e que faz parte integrante desta proposta.

Em resumo, o júri propõe a adjudicação do objeto do procedimento da seguinte forma e nas seguintes condições financeiras, atendendo a que a duração da prestação de serviços é de 36 meses:

- Lote 1 ao concorrente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. pelo preço de 982.988,58 euros;
- Lote 2 ao concorrente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. pelo preço de 129.702,60 euros;
- Lote 3 ao concorrente EGEO – Tecnologia e Ambiente, S.A. pelo preço de 197.460,00 euros.

O encargo financeiro global inerente à adjudicação é de 1.310.151,18 (um milhão, trezentos e dez mil, cento e cinquenta e um euros e dezoito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor de 6%.»

Sobre a proposta de Prestação de serviços de higiene e limpeza urbana no Concelho de Palmela – Adjudicação numerada DAF_DFA 01_11-13 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** alude que o Sr. Vereador Álvaro Amaro havia dito que depois seria feito a avaliação do que pensa ainda estar em curso relativamente a esta matéria no concelho.

Acrescenta que as reservas que tinha na altura mantêm-se pois a CMP já tinha aberto um concurso com menos trezentos mil euros em termos de valor lançado para concurso e agora consegue-se um milhão, trezentos e dez mil, cento e cinquenta e um euros e dezoito cêntimos, o que significa uma poupança de quinhentos e cinquenta mil euros, o que é sempre notável.

Quanto ao índice de poupança o mesmo não é muito explicável, a não ser que os preços tenham caído a pique, mas questiona se serão garantidos a mesma qualidade de serviços e até algum alargamento como se tinha previsto. Contudo, sendo uma área tão nevrálgica e tão problemática, particularmente no Concelho de Palmela, o PS irá votar a favor.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** refere que os contornos e as obrigações da prestação de serviços constam no Caderno de Encargos e houve ligeiras adaptações para melhorias e reforço numas áreas, mas que no fundamental o abaixamento do valor da empreitada resulta da concorrência entre as empresas.

Acrescenta que a maior parte dos lotes continua nas mãos da empresa que ainda faz a prestação de serviços com a CMP, cuja prestação é muito satisfatória e com um controlo de gestão da qualidade muito apertado. Para além disso, já conhece o território e encontra-se instalada no território de Palmela. Foi o conjunto de todos estes fatores que terão permitido reduzir encargos. A perspetiva é que o serviço continue a ser prestado com a qualidade a que estas duas empresas nos habituaram. O facto de se verificar a poupança referida não significa que a CMP esteja a reduzir o investimento nesta área.

Recorda que na Revisão ao Orçamento foi acrescentado uma verba para prestação de serviços de limpeza de lixeiras. A poupança agora verificada vai ser redirecionada para essa área, por se considerar que é uma área sensível e que preocupa as populações.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

V.II. – DIVISÃO JURÍDICA:

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Desafetação do domínio público e cedência de terreno ao Motoclube de Pinhal Novo, em regime de direito de superfície.

PROPOSTA N.º DAF_DJ 01_11-13:

«Considerando que:

- 1) O espaço denominado Monte do Francisquinho integrou o domínio público municipal na sequência da emissão de alvará de loteamento (n.º 233), tendo aquela área ficado afeta à instalação de equipamentos de utilização coletiva;
- 2) O Monte do Francisquinho, situado na urbanização de “Val’ Flores”, em Pinhal Novo, não conhece atualmente qualquer ocupação consolidada, estando, inclusive, sujeito a atos de vandalismo;
- 3) Nesse contexto, após alguns contactos com o Motoclube de Pinhal Novo, foi por esta Associação apresentada proposta de intervenção sobre uma parte do Monte do Francisquinho, de modo a aí poder instalar o respetivo edifício sede, aproveitando e recuperando um armazém em avançado estado de degradação;
- 4) O Motoclube, fundado em 1997 e, desde então, membro da Federação Nacional de Motociclismo, conta hoje com cerca de uma centena de associados, sendo o seu dinamismo reconhecido pela comunidade em virtude das diversas iniciativas levadas a cabo com regularidade;
- 5) A atividade desta Associação desenvolve-se em torno de uma comunidade muito mais vasta do que aquela que lhe é associada;
- 6) Tendo por base a atividade motociclista, é prática regular a realização de encontros *motard* que atraem a Pinhal Novo anualmente mais de um milhar de participantes, provenientes de diferentes regiões do país e de exposições sobre a atividade *motard* e sobre motos antigas;
- 7) Paralelamente, o Motoclube de Pinhal Novo assume-se como um ativo parceiro local, colaborando em diversas iniciativas municipais - de entre as quais pode destacar-se o Festival Internacional de Gigantes - ou em iniciativas promovidas por outros agentes associativos da freguesia, tendo aqui especial evidência as Festas Populares de Pinhal

Novo ou as iniciativas realizadas por clubes de BTT, nas quais o Motoclube, através dos seus membros, garante o apoio e segurança de membros em parceria com as autoridades locais nos cortes e atravessamento de estradas;

- 8) Anualmente, o Motoclube de Pinhal Novo assume ainda um papel de ativa solidariedade, organizando a recolha e entrega de brinquedos a IPSS;
- 9) A atividade do Motoclube implica a afetação de uma área de terreno considerável face à natureza e dimensão dos eventos associados a este tipo de organização;
- 10) A convicção de que a cedência ora submetida a decisão possa, para além de concretizar a destinação urbanística conferida por alvará àquela área do território, contribuir no imediato e de um modo significativo para a melhoria das condições do local, quer a nível de limpeza e segurança, quer quanto à própria imagem urbana do Monte de Francisquinho;

Propõe-se, nos termos estabelecidos no artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, nas alíneas f) do n.º 1, a) e b) do n.º 4 e a) do n.º 6, propor à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público da parcela de terreno com 5.000,00 m², avaliada em € 244.944,00, cedida ao Município para equipamentos de utilização coletiva através do alvará de loteamento, e que confronta a Norte com domínio público, a Sul com domínio público, a Nascente com Rua Catarina Eufémia e a Poente com domínio público.

Aprovada que seja a referida desafetação e realizado o correspondente registo predial - celebrar com o Motoclube de Pinhal Novo contrato de constituição de direito de superfície a título gratuito sobre a aludida parcela, pelo período de 30 anos, direito esse avaliado em € 98.000,00, que se constitui com o fim concreto de sobre aquela área:

- Ser instalada a sede do Motoclube de Pinhal Novo;
- Poder esta Associação desenvolver a sua atividade regular.

Nos termos do contrato a celebrar, o Motoclube de Pinhal Novo obrigar-se-á, sob pena de extinção do direito de superfície, a:

- Construir e instalar na parcela objeto do direito de superfície a sede no prazo de 5 anos a contar da outorga do contrato de constituição do direito de superfície;
- Manter a atividade regular da Associação de acordo com os objetivos presentes nos estatutos;
- Apresentar anualmente à Autarquia: Plano de Atividades do ano corrente; Relatório de Atividades e Relatório de Contas (com parecer favorável do Conselho Fiscal) referente ao ano transato;
- Colaborar com a Câmara Municipal de Palmela na realização de atividades, e em parceria com outras entidades locais;
- Contratar seguro de responsabilidade civil que cubra a utilização do espaço aquando do desenvolvimento de atividades;

- Manter e zelar pela segurança e bom funcionamento dos espaços a ocupar;
- Assegurar o pagamento de todas as despesas relativas ao consumo de água, energia elétrica e telecomunicações do espaço;
- Submeter a parecer prévio da Câmara Municipal de Palmela a execução de quaisquer obras sobre a parcela acima descrita, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações legalmente fixadas, nomeadamente no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
- Renunciar a todo o tipo de compensação ou indemnização a que eventualmente houvesse lugar por via da realização de benfeitorias sobre a parcela objeto do direito de superfície;

Ao Município caberá, por sua vez:

- Acompanhar a atividade realizada pelo Motoclube de Pinhal Novo;
- Salvarguardar que a integridade e manutenção da parcela são asseguradas nos termos acordados.

Mais se propõe, por fim, que o direito de superfície se extinga se ao seu objeto for conferido destino diverso do ora proposto.»

Sobre a proposta de *Desafetação do domínio público e cedência de terreno ao Motoclube de Pinhal Novo, em regime de direito de superfície numerada DAF_DJ 01_11-13* intervêm:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** saúda esta proposta, todavia lendo-se a Informação Técnica e conhecendo o processo espera que, a intenção de recuperar e dinamizar o Monte do Francisquinho por várias entidades e para usufruto da população em geral, não conflitua com qualquer outra intenção ou compromisso para aquele espaço.

Informa que teve conhecimento que uma anterior direção do Motoclube, há uns quatro/cinco anos atrás, negociou com a CMP não esta parcela de 5.000 m² mas uma outra de 12.500 m², para ali edificar um outro tipo de equipamento que pudesse servir não só o Motoclube mas também outras entidades. Ao que parece a CMP teve algum receio.

No entanto, reconhece que o atual projeto que o Motoclube tem para aquele espaço é relevante e faz com que haja uma outra dinâmica e perspetiva para o local. Contudo, parece-lhe que se perdeu uma excelente oportunidade de ter algo mais que pudesse dignificar aquele espaço. Para além disso, se é pretendido confluir no Monte do Francisquinho um conjunto de entidades e associações do Pinhal Novo, não compreende a razão por que se cedeu acerca de um mês e meio um outro terreno à Sociedade Columbófila de Pinhal Novo (SCPN) numa outra zona completamente diferente. Ao confluir para aquele espaço diversas associações e coletividades do Pinhal Novo, toda aquela zona é dinamizada, tanto mais porque a edificação naquele território demorará alguns anos a acontecer. Por outro lado, evita-se a contínua degradação das instalações existentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que não foi há quatro/cinco anos atrás, mas em maio/junho de dois mil e doze que este processo se iniciou juntamente com outro.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** informa que no dia anterior solicitou o processo para o consultar e o que efetivamente o mesmo se inicia em doze de julho de dois mil e doze, mas antes existe um outro processo que não lhe foi facultado.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** salienta que a questão da SCPN é bem diferente pois a sua discussão é muito anterior.

Realça que a CMP começou a considerar que o Monte do Francisquinho estava a ser demasiado vandalizado e sabendo da pretensão do Motoclube para um outro terreno, que não o Monte do Francisquinho, foi acordado que se deveria analisar uma solução que passasse pela salvaguarda do monte e a utilização de parte daquele espaço pelo Motoclube. O primeiro esboço nem sequer era para o armazém, mas estas questões são sempre analisadas com as associações e a conclusão, até por sugestão do Motoclube, é o que consta da proposta. O Motoclube garantiu a instalação da sua sede e da utilização pública que se disponibilizou a fazer de toda aquela zona em frente à área que lhes está a ser cedida.

Acrescenta que era oportuno desenvolver um programa preliminar para o Monte do Francisquinho, resolvendo-se parte do problema, e desde que fosse perfeitamente enquadrado com o próprio Motoclube. O facto é que existem outras associações que poderão vir a usufruir daquele espaço. O que se pretende é criar um nicho, uma aldeia naquela zona, mas de forma organizada e com arranjo paisagístico. No fundo criar condições para a instalação de outras associações.

Acredita que este é um primeiro passo, muito seguro e de muita coragem por parte do Motoclube, tanto mais que dentro de dias vai ocorrer a iniciativa do quinze de julho, data do aniversário. Nessa ocasião, o Motoclube levará a cabo o início dos trabalhos de terraplanagem.

Destaca a importância do Monte do Francisquinho, mas desde que as ações a serem desenvolvidas o sejam de forma organizada sendo que a CMP está a trabalhar nesse sentido, mas não há quatro/cinco anos como foi referenciado.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 9 – Cedência de terreno à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, em regime de direito de superfície.

PROPOSTA N.º DAF_DJ 02_11-13:

«A Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano (SRCPB), instituição criada em 1979, desenvolve desde a sua fundação atividade de índole cultural, recreativa e desportiva na zona central da localidade de Bairro Alentejano, Freguesia de Quinta do Anjo.

Fundada a partir de um grupo de populares que, naquela localidade, sentiu necessidade de criar um espaço promotor da atividade cultural e desportiva, a SRCPB cedo se tornou um pólo da comunidade.

Assim se entende que este espaço associativo seja ainda hoje um símbolo de pertença, tendo ao longo dos anos desempenhado um papel fundamental na dinamização sociocultural local.

Foi, aliás, durante largos períodos, local de apoio da escola do primeiro ciclo, funcionando sempre como centro de acolhimento de diversas iniciativas dinamizadas pelas autarquias locais e até como assembleia de voto, aquando da realização de atos eleitorais.

É neste espaço que se dinamizam as principais atividades locais, com particular destaque para a prova de atletismo mais emblemática do concelho de Palmela – a Estafeta de Palmela –, prova que hoje goza de assinalável relevância no calendário nacional da modalidade.

Por outro lado, a Ginástica de Demonstração e o Judo afirmam-se igualmente como modalidades que, completando a oferta desportiva da comunidade, atingem um número de praticantes superior ao da população da própria localidade.

Em termos culturais, foi a partir da SRCPB que surgiram as Festas Locais, cumprindo ainda destacar o Grupo Coral 1º de Maio, o qual vem afirmando o seu papel na defesa e divulgação do cante alentejano, realizando com frequência parcerias com outras áreas artísticas, como o teatro ou as artes performativas de rua, capacidade que permitiu expandir a atividade e alcançar visibilidade internacional.

Importará referir que, para além de uma ocupação diária em torno das atividades de recreio a que os sócios aderem, em particular aqueles de maior idade, este espaço associativo constituiu-se, ainda, como centro comunitário, cujo papel atinge toda a comunidade do Bairro Alentejano e a sua vida quotidiana.

Face à atividade e historial enunciados e à circunstância de o espaço em apreço nunca ter sido formalmente adquirido pela SRCPB, não poderia o Município deixar de, perante uma pretensão loteanda abrangendo a área em questão, procurar contribuir para a resolução da situação patrimonial do edifício sede da Associação.

Nesse contexto, foi a operação urbanística em causa configurada de modo a que a parcela de terreno onde se localiza a sede da SRCPB viesse, por via de alvará de loteamento, a integrar o domínio municipal, tendo em perspetiva, naturalmente, a sua posterior cedência à SRCPB.

Tendo presente o intuito assumido pelo Município – e que era também o dos requerentes da licença de loteamento – destinar aquela área a *equipamento recreativo*, consta esta prescrição, expressamente, do título urbanístico entretanto emitido (alvará n.º 276).

Assim, e uma vez garantida aquela aquisição predial pelo Município, **propõe-se**, nos termos previstos nas alíneas f) do n.º 1 e b) do n.º 4 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que seja deliberada a constituição de direito de superfície a favor da SRCPB, a título gratuito, por um período de 50 anos, sobre o prédio com 839,70 m², sito na Rua Manuel Fernandes da Silva, na localidade de Bairro Alentejano, descrito na

Conservatória do Registo Predial com o n.º 8916/20120704, e inscrito na matriz sob o artigo 11796, da Freguesia de Quinta do Anjo, ao qual foi atribuído o valor patrimonial de € 57.577,00 em regime de propriedade plena e de € 46.061,60 em regime de direito de superfície.»

Sobre a proposta de *Cedência de terreno à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, em regime de direito de superfície numerada DAF_DJ 02_11-13* intervêm:

A **Sra. Presidente** recorda que desta parcela saiu também o terreno para a construção da Escola do Bairro Alentejano, cujo processo se encontra regularizado.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** congratula-se com tudo o que vise a legalização, dada a sua importância. No entanto, considera estranho que de acordo com a informação cedida, aparentemente o edifício foi construído clandestinamente em mil novecentos e setenta e nove, já que o loteamento foi aprovado em Deliberação Camarária em cinco de dezembro de dois mil e um, e com despacho da Sra. Presidente em doze de março de dois mil e oito. Assim, questiona por que se demorou tanto tempo para efetivar esta legalização. É verdade que havia como uma mini AUGI naquela zona, mas que entretanto foi legalizada, pelo que lhe parece demasiado tempo para um processo que em nada adiantará à associação em termos do seu funcionamento, não lhe trazendo novos desenvolvimentos, mas que em termos de segurança é extremamente relevante.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 10 – Cedência de parcela de terreno à PRAVI – Projeto de Apoio a Vítimas Indefesas, em regime de direito de superfície.

PROPOSTA N.º DAF_DJ 03_11-13:

«A PRAVI constitui uma associação sem fins lucrativos, cuja atividade, alicerçada em trabalho voluntário, se traduz, entre outras ações, no tratamento e recolha de animais das vias públicas, contribuindo para a melhoria das condições dos animais recolhidos, bem como para a segurança e higiene urbana das populações.

Na atividade da PRAVI cabem ainda diversas ações de interação entre pessoas e animais, visando a diminuição da violência juvenil e dos níveis de solidão na população idosa, o aumento da autorresponsabilidade e da formação cívica de crianças e jovens e a prática de terapias assistidas por animais.

De tal contexto, bem como dos contactos efetuados com esta Associação, resultou a vontade de estabelecer uma parceria destinada à promoção das condições de vida da população e do bem-estar animal no Concelho, respeitando os objetivos que a cada uma das entidades caiba prosseguir.

Atento o exposto, foi estudada a possibilidade de o Município constituir direito de superfície a favor da PRAVI, de modo a que esta Associação possa desenvolver de modo mais efetivo a sua atividade no Concelho, sendo a constituição desse direito enquadrada em protocolo que regulará detalhadamente o conjunto de obrigações a assumir pela PRAVI perante o Município, designadamente quanto ao exercício do direito de superfície.

Tal cedência predial pressuporá, entre outros, o compromisso da PRAVI de no espaço em questão vir a construir um Centro de Interação entre pessoas e animais, onde:

- Serão desenvolvidas terapias com animais para crianças e idosos;
- Será dada preferência à organização e concretização de programas com associações e munícipes de Palmela;
- Serão acolhidos animais abandonados, sendo colocados à disposição do Município cinco instalações (boxes individuais), dotadas das condições e características legalmente exigidas, de modo a resolver eventuais situações de sobrelotação verificadas no canil municipal.

Do exposto resulta, assim, **propor**, nos termos previstos nas alíneas f) e x) do n.º 1 e a) e b) do n.º 4 no artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, a constituição, a título gratuito, por um período de 25 anos, de direito de superfície a favor da PRAVI, sobre uma parcela de terreno, sita na Freguesia de Poceirão, com 12.810,00 m², integrada no prédio municipal inventariado com o n.º 50325, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela com o n.º 4715/19930624.

À parcela em questão, que confronta a Norte com o próprio prédio, a Sul novamente com o próprio prédio e com EM 533, a Poente com Município de Palmela e aceiro e a Nascente com caminho-de-ferro, é atribuído o valor de € 230.155,00 em regime de propriedade plena e de € 115.077,50 em regime de direito de superfície pelo mencionado período de 25 anos.

Nos termos do contrato de constituição do direito de superfície a celebrar, a PRAVI obrigará-se, sob pena de extinção do direito de superfície, a:

- Construir e instalar na parcela objeto do direito de superfície o Centro acima descrito num prazo de 5 anos, a contar da outorga do contrato;
- Manter a atividade regular da Associação de acordo com os objetivos presentes nos estatutos;
- Apresentar anualmente à Autarquia: Plano de Atividades do ano corrente; Relatório de Atividades e Relatório de Contas (com parecer favorável do Conselho Fiscal) referente ao ano transato;
- Colaborar com a Câmara Municipal de Palmela na realização de atividades, e em parceria com outras entidades locais;
- Contratar seguro de responsabilidade civil que cubra a utilização do espaço aquando do desenvolvimento de atividades;

- Manter e zelar pela segurança e bom funcionamento dos espaços a ocupar;
- Assegurar o pagamento de todas as despesas relativas ao consumo de água, energia elétrica e telecomunicações do espaço;
- Submeter a parecer prévio da Câmara Municipal de Palmela a execução de quaisquer obras sobre a parcela acima descrita, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações legalmente fixadas, nomeadamente no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
- Renunciar a todo o tipo de compensação ou indemnização a que eventualmente tivesse direito por via da realização de benfeitorias sobre a parcela objeto do direito de superfície;
- Garantir as condições de segurança que na presente Proposta se identificaram como essenciais para a futura utilização do espaço;
- Cumprir todas as demais obrigações assumidas no protocolo a celebrar com o Município.

Ao Município caberá, por sua vez:

- Acompanhar a atividade realizada pela PRAVI;
- Salvaguardar que a integridade e manutenção da parcela são asseguradas nos termos acordados.

Mais se propõe que o direito de superfície seja extinto se ao seu objeto for conferido destino diverso do ora proposto.

Ao exposto acresce referir, por fim, que a área a afetar à PRAVI coincide parcialmente com outra parcela objeto de deliberação de cedência, a 15/09/1993, a favor da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal. Todavia, decorridos praticamente vinte anos sobre a aludida deliberação camarária, verifica-se que a cedência à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal não chegou, formal ou materialmente, a efetuar-se. Termos em que, com a concordância, já obtida, da Associação de Agricultores de Setúbal - e sem prejuízo das diligências já em curso, tendentes à identificação de novo prédio municipal que sirva os intentos daquela Associação - **se propõe** a revogação da deliberação tomada a 15/09/1993.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A **Sra. Presidente** cede a palavra ao público presente, não havendo contudo qualquer intervenção.

VI - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e cinco minutos, a **Sra. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *José Manuel Monteiro*, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e subscrevo.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Diretor do Departamento

José Manuel Monteiro